



Bárbara Pinós Moraes

**É perdendo que se preserva:  
O sentimento de perda de elementos referenciais  
na iniciativa de valorização do  
patrimônio arquitetônico em Brusque**

Orientação, Prof.<sup>a</sup> Dra. Alicia Norma González de Castells.

Florianópolis  
2011





Bárbara Pinós Moraes

**É perdendo que se preserva:  
O sentimento de perda de elementos referenciais  
na iniciativa de valorização  
do patrimônio arquitetônico em Brusque**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
Sociais pela Universidade Federal  
de Santa Catarina.

Orientação, Prof.<sup>a</sup> Dra. Alicia Norma González de Castells.

Florianópolis  
2011







Bárbara Pinós Moraes

**É perdendo que se preserva:  
O Senttimento de perda de elementos referenciais  
na iniciativa de valorização  
do patrimônio arquitetônico em Brusque**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
Sociais pela Universidade Federal  
de Santa Catarina.

Data:

14 de julho de 2011

Banca:

Profª Dra. Alicia Norma González de Castells

Profª Dra. Miriam Furtado Hartung

Profª Dra. Vânia Cardoso



## **Agradecimentos**

Este trabalho encerra em si, além da teoria e do método, uma etapa muito valiosa de minha vida. Enquanto escrevo seu desfecho, vem-me à memória a sensação de pavor de, aos 6 anos de idade, ver que aquela seria a primeira manhã de uma infinidade de outras em que eu desgraçadamente cumpriria a sentença de ter estudar... E, na noite em que escrevo estas linhas de desfecho de minha carreira estudantil, enfrento o vazio da despedida dessa época que me ensinou a querer aprender – e essa foi a maior lição.

Nesta jornada, os livros foram a desculpa para aprender com as pessoas que os rodeiam, ou que nos remetem a uma biblioteca com sua sabedoria. E, é a essas pessoas com quem aprendi que agora agradeço.

Em detalhes, agradeço aos meus pais, que em seus erros e acertos me ensinaram, e se odiando me amaram, cada um à sua maneira, e pelo que os amo muito. Nice e Pedro, que não vieram com manual, mas à custa de gambiarras passaram de agregados a parte da minha vida. João e Luiz, meus primeiros heróis bandidos. Obrigada, mesmo! Obrigada aos meus avós, pela ternura.

Ainda da família, aqueles que de coração aberto me acolheram, e aos quais palavra nenhuma agradece, minha família Furtado. Em especial à Dedé, pela lealdade, amor, dedicação e generosidade que ainda faz parte da minha vida, mesmo à distância.

À família Heil Moritz, pelo refúgio que me foi dado tantas vezes com ternura e cuidado. Sinto muito pelos laços que perdemos com minha irmã de leite, juro que tentei; sei que todos nós tentamos.

D. Paulina Halfpap, por sua hospitalidade e carinho dignos de uma vó; por ter me ensinado a bordar e a amar as flores.

Iraci, onde quer que esteja, pelo zelo conosco. Às amigas do Integral, pela inocência e camaradagem tão importantes para uma pré-adolescência em Curitiba. À turma do colégio Camboriú, pela incrível experiência. À Michele, pela camaradagem que já houve.

À querida Miria, pela humildade como foi uma das pessoas mais admiráveis e boas que conheci, e que me faz falta.

À família Wegner, pelo incentivo, por terem sido quase minha família, e terem se empenhado como tal.

À Marli, pelo exemplo e doçura. Só posso me sentir honrada e agradecida de ouvir a palavra 'amiga' de ti.

Ao pessoal da FAED e DAPE, pela escola que foi, nos bons e maus sentidos, onde as amizades foram a melhor parte. Ao Cinearth, pelo respiro de vida antes do sufoco do banco.

Aos carrascos e companheiros de surra na agência, pela lição

de vidas que foram. Ao Cuca, Helnatã e Cátia Wegner; ao pessoal da Central pelo porto seguro que foram.

À Isabel, que me trouxe para mim de novo, e à Mari Ângela, que me levou à Isabel. A quem descobriu o Déficit de Atenção, em qualquer que seja sua sigla atual - porque se for para ser retardatária, que seja a mil por hora. Obrigada!

Ao Fi, meu desmiolado preferido, porque és esquisito e desconjuntado, mas teu coração compensa tua profissão e tua inconsequência.

Gustavo(t), Denilson, pessoal da CaBB, pela hospitalidade, por me ajudarem a me sentir em casa em Curitiba, e por acreditarem na minha mudança louca. Uma pira!

Obrigada ao Roy, meu melhor amigo e amor de infância e discos, pelo teu carinho e amor incondicional e por amar meus defeitos. Faculdade nenhuma ensinaria a ser aguerrido e terno como aprendestes sozinho a ser, pelo que te admiro imensamente.

Obrigada à D. Lurdes, Elaine e demais colaboradores da UFSC, da limpeza à segurança, que nunca negaram um sorriso ou um auxílio. Muito obrigada aos colegas de classe, pelas contribuições, respeito e companheirismo que encontrei em todos os colegas. Agradecimentos especiais ao Kaio, Carla e Dalila, pela atenção para comigo.

Agradeço imensamente aos essenciais a este trabalho, meus mestres da UFSC, pelo tempo e dedicação dispendidos, e pelo empenho com que o fizeram. Foi uma honra ter recebido a atenção de todos, pelo que peço desculpas pelas vezes em que não atendi às expectativas, em especial ao professor Paulo. Obrigada eternamente a todos que compartilharam o conhecimento e antes a dúvida, e que instigaram o gosto pela análise antes de o gosto pela pretensa verdade.

Meus agradecimentos às professoras Miriam e Márcia, que generosamente se prontificaram a me honrarem com suas presenças na banca deste trabalho. Muito obrigada por essa última lição, por aceitarem participar do desfecho de meu aprendizado na universidade!

E, dentre os professores, obrigada à minha orientadora, Profª Alicia, que de ilustre desconhecida aceitou meu TCC no último dia de aula. Obrigada!

Em suma, obrigada a todos que até este momento se doaram e me ensinaram... A tudo e todos que me ensinaram a perceber o que pulsa no inanimado, muito obrigada.

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a valorização dada pelos moradores de Brusque (Santa Catarina) às edificações antigas da cidade. Considerando que se avoluma entre os moradores a opinião de que a cidade vem perdendo suas referências culturais e identitárias, esta pesquisa levanta sequencialmente: aspectos históricos e sociais do município relevantes tema; visita e passeio enquanto hábitos locais de vivência da paisagem, características das edificações locais e recorrências em seu uso ou percepção. Discorre sobre aspectos atuais à paisagem e arquitetura local, bem como os fatores de maior recorrência no discurso nativo enquanto relevantes para a preservação ou demolição destas casas, tentando assim apreender o que motiva a crescente valorização destas edificações.

## **Palavras-chave**

Brusque, arquitetura, edificações, preservação, ressignificação, visita, patrimônio.

## **Abstract**

The following work analyzes the issues which instigate the increasing valuing by Brusque's inhabitants of its old buildings. By noticing the following increasing of a sad conclusion of loss of cultural references of the city's identity, this research pursuits sequentially some historic and social aspects of the city, local habits of interacting with the city's sight, characteristics of the local buildings and recurrences in its uses or perceptions, for, whereof, broaching about perspectives for the architectural local sight, as well as most recurrent factors, as well as most recurrent factors in the natives speech as relevants in preserving or demolishing this constructions, to comprehend what does motivates the growth of the revaluation of this buildings.

## **Key-words**

Brusque, architecture, buildings, preservation, revaluing /re-signification, visit, patrimony.



## **Lista de tabelas e ilustrações**

Tabela 1: População do município. ....	23
Ilustração 1: Vista aérea do bairro Santa Terezinha .....	24
Tabela 2: Tabela de atribuições às edificações .....	32
Ilustração 2: Recorrência de soluções arquitetônicas empregadas em casas da Rua Dom Joaquim .....	33
Ilustração 3: Casas que mantém soluções similares, na Rua Primeiro e Maio .....	34
Ilustração 4: Casa Brusque .....	36
Ilustração 5: Edificações da Rua Dom Joaquim, de uso residencial e misto.....	37
Ilustração 6: Residência com mais de cinquenta anos que ainda preserva jardim, quintal e pasto. ....	39
Ilustração 7: Casas remanescentes construídas nas imediações da fábrica Renaux para funcionários da empresa. ....	41







## Sumário

Introdução.....	13
1 Contextualização do campo.....	17
1.1 Breve apanhados históricos.....	17
1.2 Brusque na atualidade.....	22
2 Visita e passeio: sociabilização e vivenciação da cidade.....	26
3.1 Delimitando o objeto: De que edificações estamos falando?.....	31
3.2 Edificações residenciais.....	32
3.3 Edificações comerciais e públicas.....	40
3.4 Preservação X atualização da cidade: perspectivas que não dialogam .....	42
Capítulo 4 Opiniões à parte: fatores relevantes às decisões de demolição ou preservação.....	52
4.1 Capital cultural Versus Capital econômico .....	53
4.2 Entre demolições e lembranças .....	57
4.3 Valorização do patrimônio e o poder público municipal .....	59
4.4 Nós/Os outros.....	61
4.5 A dinamização da cidade na valorização do tradicional .....	63
Considerações Finais: É perdendo que se preserva.....	64
Bibliografia.....	68
Anexos: Resumo das leis que tratam de patrimônio Material, Preservação e Patrimônio Material em Brusque.....	71



## **Introdução**

No município de Brusque, enquanto alguns moradores da cidade, em número cada vez menor, têm certas edificações apenas como “casas velhas”, e veem em sua derrubada benefícios financeiros ou mesmo benefícios para a paisagem local em sua derrubada ou descaracterização, cresce também o número de moradores que lamentam nesse ato uma perda de identidade para a cidade.

E, entre estas opiniões, pairam leis que desde 1994 preveem a preservação dos edifícios que tenham alguma importância histórica, arquitetônica, de identidade ou outros fatores para a comunidade brusquense. Mas, embora haja leis desde a época citada que garantam a preservação dessas edificações, categorizando e mensurando o grau de sua relevância inclusive, apenas a partir de 2010 um órgão da prefeitura tomou frente na questão do patrimônio em Brusque, dando eco às demandas crescentes da população relativas à cultura e patrimônio, inaugurando dentro da estrutura da Fundação o Conselho de Preservação do Patrimônio.

Esta efervescência de preservação identificada na opinião pública, com consequente medida da prefeitura, acendeu uma questão: por que essa preocupação crescente entre os moradores em reconhecer certas edificações e traços da cidade antes tidos como edificações “velhas”, hoje dignas de se conservar?

A grande maioria das edificações da cidade já foi demolida, restando apenas quando lembradas sua história e lamento para alguns brusquenses. Este recorrente lamento sobre as edificações antigas impulsionou o presente trabalho para refletir entre os nativos sobre a urgência em se preservar as edificações restantes que remetem ao passado da cidade. Crê-se pertinente a tentativa de apreensão sobre as motivações de mudança acontecidas entre a população sobre o que antigamente era considerado velho, ultrapassado para a maioria, e agora passa a ter valor patrimonial para uma parcela crescente da comunidade.

Vale ressaltar que este trabalho não toma as casas enquanto patrimônio cultural em um sentido formal, tendo em sua preservação a catalogação de traços arquitetônicos. Tenta-se apreender as edificações como a forma de vivenciar uma paisagem culturalmente erguida, que pelo convívio com tais fachadas propicia marcos de tempos, de hábitos e lembranças aos seus locais, conforme Silveira (2005) levanta que é

característica de objetos culturalmente correntes. Arquitetura então se refere aqui a uma ambientação cultural para os moradores da região. Arquitetura portanto neste trabalho será delimitada pelos próprios moradores, pela fala dos entrevistados quando esses se referem à noção de arquitetura.

Em relação à noção de patrimônio tampouco é considerada em um sentido formal, de catalogação. Pois o objetivo não é descolar o objeto de seu ambiente para prover-lhe sentido formal, o que sujeita o objeto a uma ressignificação de seu sentido ético-estético (Silveira, 2005) do que era usualmente atribuído em seu contexto cultural. Pelo contrário, o trabalho antes pretende apurar se há edificações que podem ser apreendidas enquanto patrimônio pelos nativos para os nativos, e o que justifica essa apreensão.

Para esta pesquisa foram realizadas 14 entrevistas informais, fora a vizinhança e 'a parentada' (diversos parentes), que dava suas contribuições ao irem ver a mãe ou pedir uma garrafa de leite e serem surpreendidos por uma pessoa diferente na casa.

Este estudo, como toda pesquisa feita em ambiente familiar ao pesquisador, antes de ser um trabalho de pesquisa de campo propriamente, primeiramente pode ser pensado como o estudo de caso de um nativo. Nativo que, sob sua perspectiva, preconceitos e visão naturalizada passam a ser constantemente analisado por um pesquisador que coabita o mesmo corpo. Nativo que passa a se transformar de dentro para fora, instrumentalizando sua apreensão do entorno, para então poder enxergar o que há ao seu redor de forma mais distanciada. Passa a estranhar o que era natural, se interessar por outros círculos e redes, rever as relações, hábitos e opiniões.

Só então, passado este estudo de caso quase 'auto etnográfico' em que o nativo toma ciência de sua limitação larval para a compreensão do campo de modo sistemático... Só então o pesquisador consegue desvencilhar-se pouco a pouco da confortável crisálida nativa, para treinar seus primeiros voos de pesquisa, e assim enxergar de fora o que antes era visto a partir de dentro.

E nesta empreitada de pesquisa, sua natureza não lhe é extirpada – sua memória permanece, as experiências em campo, a carga emocional, informações recebidas enquanto nativa. Enfim, se conseguir passar pelo processo de metamorfose, vai entender e poder explicar muito bem o que é ser uma lagarta, sem perder suas asas.

A alegoria aqui criada da lagarta de modo algum pretende expor

o nativo como menos desenvolvido do que o já formado pesquisador, de superioridade muitas vezes auferida pela bibliografia aos “cientes” ante os irreflexivos nativos. Pelo contrário – todo pesquisador também é pupa, fruto de algum campo. E enquanto o pesquisador apenas sobrevoa campos, limitado ao ato de borboletear, é a crisálida que carrega a sabedoria das borboletas possíveis.

E como retribuição ao campo em que aprendi o que é ser larva, e que o destino é ser de algum modo borboleta, tento fechar um ciclo – de vida e acadêmico – voltando ao berço para dar fruto a este trabalho. E, percebendo que as casas, as pupas de tantos outros conterrâneos não estavam mais lá, surgiu então problemática deste trabalho.

Posto isso, aclarada a minha condição de pesquisadora e brusquense de criação, foi importante refletir sobre o que Viveiros de Castro (2002) se questiona — o que delimita um nativo enquanto nativo. Considerar a irreflexão, a naturalidade com que se relaciona com a cultura, e como o sentido é naturalmente dado, sem reflexão sobre o sentido desse próprio sentido que se dá através da cultura nativa.

As colocações de Viveiro de Castro reforçaram a cautela necessária a esta pesquisadora para fazer uma leitura de Brusque não mais como algo óbvio e próximo, mas com um estranhamento, e entender o problema posto pelos nativos. Entretanto, como já foi explicitado anteriormente, há que poder passar por um processo de metamorfose que não extirpe sua natureza nativa — conservação de sua memória, de suas experiências em campo, de sua carga emocional e de informações recebidas enquanto nativa.

E para esta perspectiva, a iminência de Outrem (Viveiros de Castro, 2002) como um potencial ponto de entendimento entre a perspectiva naturalizada do nativo ante sua cultura e a perspectiva do antropólogo e seu estranhamento desta cultura, foi bastante fortuita à pesquisa, por propiciar na superposição e contribuição mútua das perspectivas um enriquecimento à perspectiva do campo.

E nesta empreitada em um campo antes chamado de lar ou minha terra, a proximidade com o campo pode aquecer ou queimar a pesquisa. Minha parcialidade está na escolha do tema, mas não pode interferir na pesquisa sobre este campo; onde “a força do pré-concebido” (Bourdieu, 2006) que naturaliza o observado pelo pesquisador-nativo é um risco maior. Mas neste trabalho aceito o risco, pelo apego ao tema, ao campo e empatia por esta problemática, tão latente no discurso dos brusquenses.

Além disso, ao passo em que fazer parte daquele meio é um risco, serviu por outro lado para constatar um fenômeno em curso, e que conforme Viveiros de Castro (2002) seria a grande arte da antropologia - apreender as questões postas por uma cultura. No caso de Brusque, um pesquisador “de passagem” (Magnani, 2002) talvez não pudesse apreender esta mudança no entendimento sobre a paisagem da cidade que se dá em um crescente ao longo dos anos.

Como método de coleta de dados optou-se por métodos que contemplem a posição já citada de nativa, de afetada (Favret-Saadra, 2005) pelo fenômeno para poder explicá-lo. Já tendo discutido a respeito, sentido o que é experienciar enquanto nativa a perda de edificações importantes à paisagem da cidade, não pretendo generalizar por minha experiência a vivência nativa a respeito, mas através dela adentrar este campo de possíveis apreensões nativas. Imbricando tal posição com a proposta de Magnani (2002) de observação ‘de perto e de dentro’, foi feita uma inserção de trinta dias em campo - fora os 12 anos de nativa somados aos 13 de nativa translocal (Sahlins, 1997).

Em campo, corrido entre abril e maio de 2010, as entrevistas foram feitas na forma de visitas, ou seja, de maneira informal, onde dentre tantos outros assuntos, surgiam os temas alvo desta pesquisa. Esta escolha metodológica foi feita pela proximidade da pesquisadora com alguns dos interlocutores, além do que, a simples menção da palavra *pesquisa* já causava um estranhamento em alguns deles ou resultava numa cautela sobre os rumos da conversa. De modo que a própria palavra ‘pesquisa’ deixou de ser usada em minhas visitas.

Assim optou-se por fazer entrevistas semiabertas com os interlocutores, através de visitas despretensiosas norteadas por um roteiro mental. O campo foi uma visita aos conhecidos da cidade, o que resultou em visita também a ‘conhecidos de conhecidos’ ou pessoas com quem ‘talvez tu gostasse de conversar’, pra se sentar-se à mesa da cozinha e bater um papo despretensioso, até certo ponto. Afinal, comentar sobre a vida dos conhecidos em comum ‘como quem não quer nada’ também é hábito local...

E a fim de evitar mal entendidos, fica estabelecido que, como forma de diferenciação das vozes que compõe este TCC aspas duplas foram utilizadas para citações da bibliografia, aspas simples, para as falas e termos dos próprios brusquenses, tais como ‘colono’, ‘VIP’, ‘parentada’, etc., termos bastante comuns à região, e que talvez causem estranhamento e diferenciam o português local para além do ‘bru|k’

chiado que tanto chama a atenção.

Para discorrer sobre os diversos aspectos que compõem a estrutura deste trabalho, este foi seccionado em cinco capítulos, a fim de introduzir o tema de maneira crescente e complementar, de aspectos gerais da cidade e da pesquisa até os aspectos que, refletidos após certo embasamento, conferem uma visão mais elucidativa para responder as questões antes citadas.

No primeiro capítulo, um resumo histórico levanta brevemente a colonização do município, dando ênfase a aspectos da cultura alemã, que se mostrou muito elucidativa para certos fenômenos do campo, para num segundo tópico contextualizar a conformação geral do município na atualidade, onde o tema se desenrola.

No segundo capítulo, discorro sobre a importância de dois rituais identificados em campo como formas de vivenciação da paisagem de Brusque: a visita e o passeio, hábitos que permitem a circulação dos brusquenses pela cidade aproximando-os também de outras vizinhanças, edificações e paisagens.

No terceiro capítulo realiza-se a análise da pesquisa destacando os significados atribuídos pelos informantes às noções de arquitetura e patrimônio.

No quarto faz-se uma análise sobre os fatores relevantes que incidem nas posições dos moradores locais sobre a preservação ou demolição de certas edificações da cidade.

Por ultimo as considerações finais onde se alinham as questões mais relevantes do trabalho. Em anexo as leis vigentes no período da realização desta pesquisa de campo. Leis que tratam sobre patrimônio.

## **1 Contextualização do campo**

### **1.1 Breve apanhados históricos**

A partir de 1860, europeus genericamente denominados alemães por seus costumes e dialetos encontravam-se acuada em sua terra natal pelos conflitos em suas regiões, extorquidos por impostos em campos já quase inférteis ou pelas fábricas desumanas. Na tentativa de uma vida melhor, embarcaram em navios para receberem seus 25 hectares de terras do outro lado do Atlântico. Parte destes alemães, ao serem enviados ao Brasil, foram surpreendidos em sua chegada ao serem

encaminhados a pequenas embarcações que, contra o Rio Itajaí-Mirim adentravam a mata fechada e desembarcavam em uma área ainda erma, onde para colher e plantar, era antes necessário abrir clareiras em solo nunca antes lavrado ou mesmo pisado pelo homem.

Assim fez-se o início de Brusque. Com a promessa do eldorado no Novo Mundo, descarnaram a terra e aprenderam a cultivar o aipim, a colher o palmito, a matar capivara. Em terra sem fala e 'humanidade' ainda (haja vista que os índios existentes na região não eram levados em conta no convívio entre os ditos civilizados por serem *selvagens*, ou até *bichos*), difundiram o alemão e sua cultura como os pilares fundamentais daquela região.

Abriam caminhos, receberam contrerrâneos e vizinhos. Estabeleceram a igreja, o colégio em que o pastor, o padre ou o mais instruído da região pudesse lecionar; instalaram a sociedade de tiro, e tantas outras sociedades recreativas que justificassem uma confraternização da comunidade, além do culto luterano ou da missa católica.

Neste novo berço, criaram seus filhos e receberam diversas outras levas de novos imigrantes (italianos, poloneses, irlandeses, franceses, etc.); negociaram costumes, negociaram o alemão e o sotaque com contribuições do italiano, do polonês, e do próprio português dos 'caboclos' (termo usado pejorativamente para denominar os luso-brasileiros das cidades litorâneas).

Salvaguardados os devidos limites do convívio que fossem convenientes (diferenças religiosas, étnicas, de estrato social ou demais categorias, maleáveis em suas fronteiras de acordo com as necessidades), as famílias foram cultivando seus costumes trazidos por seus antepassados, e pelo convívio, consentida ou despercebidamente, imbricando seus saberes ao saberes e usos dos demais colonos dessa comunidade.

Paradoxalmente nesta conjuntura, persiste latente a importância da preservação e valorização da tradição, embora houvesse, como foi dito, uma constante negociação e ressignificação dos costumes e saberes. Assim, cada vez mais viam-se famílias de pai de uma etnia, com esposa de outra etnia, e o que não era costume para um dos pares passa a ser, nessa miscigenação negociada, de acordo com os pretendentes disponíveis, e de acordo com a conveniência das uniões.

Essa explanação pode soar forçosa, haja vista este fenômeno migratório ser comum em todas as regiões do Brasil. Ocorre que na



região de Brusque, conforme foi confirmado em entrevistas, para aqueles de ascendência alemã e com mais de 40 anos (ou seja, um fenômeno ainda recente), havia clara ainda a preferência pela família de o esposo ou esposa fosse também origem alemã, que fosse da região, 'de família boa', e de preferência da mesma igreja. E na maioria dos casos, saber pelo menos um pouco de alemão. Quando um ou mais critérios não eram atendidos, o saber alemão já era um bom fator de negociação, pois demonstrava apreço às tradições, fator este que resume o interesse pelos demais critérios.

Estes critérios podem ser avaliados por alguns dos habitantes - dentre os que não se importam com convenções, gerações recentes ou 'gente de fora' - como bairrismo, tacanhice, 'colonice' (de gente não refinada, não instruída, atrasada, deslocada. Matuta, 'do mato') ou outro adjetivo. Mas na região a colonização pode aclarar essa atribuição do círculo de convívio e matrimônio ideal, onde esta preferência tem raízes identitárias e ideológicas.

Dentre os descendentes de alemães, o fazer parte de um povo estava ligado não ao lugar de residência, ao tempo de convívio ou proximidade com os demais locais. Havia distinção (Seiferth, 1981) entre o pertencimento a um Estado, pelo que se identificavam como cidadãos brasileiros por terem nascido ou adotado o Brasil como Estado de residência, como *pátria*. Isto seria diferente de sentirem-se ainda pertencentes a uma *nação* entendida enquanto grupo de pertencimento por origem e cultura que herdou e cultivava, a qual eram ligados ao grupo germânico.

Neste ponto é que reside o conflito que culminou no princípio do atrito entre os brasileiros e os teuto-brasileiros, distanciando ainda mais estes à receptividade aos seus compatriotas; pois no entendimento do grupo alemão, nunca houve recusa à sua pátria (Heimat, lar/pátria), que era o Brasil, pois seu lar era o Brasil, por residirem no Brasil. Pela Heimat, eram, portanto cidadãos brasileiros e sentiam orgulho de contribuírem com o trabalho para o avanço de sua pátria. Mas, a despeito da usual indistinção entre pátria e nação, para este grupo sua nação estava relacionado às suas origens, portanto à nação germânica, e este vínculo à sua nação só existiria enquanto permanecessem vivos os valores e costumes desta nação/cultura o que se dá pelo convívio com os demais membros dessa nação - daí o conflito por os teuto-brasileiros serem fechados entre si, o que lhes dava a pecha de mal-agraçados para com o Brasil.

O pertencimento a uma cultura e grupo étnico era herdado pelo sangue, pela linhagem, mas seria aprendido pelas próximas gerações pela língua, “Sendo a língua alemã a “seiva do germanismo”” (Seyferth, 1981, p.83). Seria importante, portanto o convívio dentro da família e instituições do entorno que são parte desta sua cultura e grupo germânico, que cultivam pela língua sua cultura e origem. Assim, havia predileção por convívio com as pessoas do seu povo em todos os círculos – identificado pelo nome, pela língua, pela religião, etc., mas esse hábito não era entendido como recusa ao Brasil, seu lar.

Essa identidade étnica, definida por Seyferth (1981) como ideologia germanista foi um fator relevante então na estruturação da cidade, desde a iniciativa de construir instituições de convívio - de escolas a igrejas e sociedades de coral - com base em elementos da cultura germânica, até a língua corrente no comércio e no convívio naquela comunidade.

E estando a comunidade estruturada primeiramente a partir de fundações da cultura germânica, as próximas levas de imigrantes das demais etnias foram então alfabetizadas, rezaram missas e fizeram parte de eventos comunicando-se basicamente pelo alemão, língua disponível e corrente nos eventos sociais da cidade, além de sua língua materna quando era falada em casa. E no entendimento local daquele grupo que foi o fundador da cidade e que recebeu as demais nacionalidades não havia despeito ao Brasil ou sinal de desprezo por não falar o português, pois um bom cidadão contribui para sua pátria pelo trabalho, instruindo-se, como estes tentaram fazer, mas sua cultura e identidade estavam ligadas à nação (sob aspecto cultural, herdado) alemã. Os demais imigrantes então aprenderam o alemão para conviver na localidade, para só em 1941, por imposição do Estado Novo, terem de falar o português, o que não era obrigatório até então (Seyferth, 1981).

Para o grupo de teuto-brasileiros esta imposição do português não fazia sentido, haja vista que entendiam a língua como fio condutor de sua identidade, o que acarretou numa resistência e desgosto no convívio compulsório com o que foi entendido como aculturação pela língua/cultura para imposição da língua/cultura alheia a quem eles eram, cidadãos brasileiros da nação alemã: teuto-brasileiros - alemães emigrado para o Brasil, ou brasileiros natos que mantêm a língua alemã como língua materna, por ser esta a ponte e meio para convívio com a cultura alemã, e assim, manter laços com este grupo identitário.

Com o consentimento tácito de uma prevalência da cultura

teuto-brasileira sobre as demais na região, a obrigatoriedade de, em um país colonizado por diversos grupos, ter-se que falar o português, que primeiramente nem veio a ser de uma etnia que fez parte consistente da colonização daquela região do Vale do Itajaí, aumentou a resistência ao convívio com os brasileiros de ascendência portuguesa. Na primeira metade do século XX, os brasileiros em geral, mas principalmente os de ascendência portuguesa já eram tidos pelos habitantes da região como acomodados, estranhos àquela comunidade e aproveitadores da estrutura já montada na região pelos demais grupos que entre si conviviam sem grandes conflitos. E esta imposição da língua só agravou a animosidade contra os lusófonos.

Mas, como foi dito, antes mesmo desta imposição da língua, já houve paulatinamente contato com outros grupos. Laços, língua e até valores antes tão concretos já estavam sendo ressignificados ou negociados. Assim, o convívio com a 'italianada' (modo jocoso, ora depreciativo, ora carinhoso de referir-se a um número significativo de descendentes de italianos) ou com os 'polacos' (poloneses) já dava novos sotaques à língua, e ressignificava signos locais.

Com o passar do tempo, os locais passaram a perceberem-se mais como brasileiros e menos como filhos imigrantes ou membros de uma nação ou etnia, e o atrito entre os grupos foi também deixando de existir, permanecendo apenas a consideração (na maioria das vezes na forma de um orgulho) de sua origem setentrional. Os descendentes daqueles imigrantes não mais celebravam ou preservavam seus hábitos enquanto germânicos, teuto-brasileiros, italianos, etc., mas de brusquenses primeiramente, que passavam então a se reconhecerem identitariamente como tal, um grupo em si mesmo em relação aos itajaienses, blumenauenses, etc..

E nesta comunidade, enquanto esta ciranda de signos era jogada por seus agentes, fosse pela falta de áreas de lazer e entretenimento, que são recentes, por identificação cultural, religiosa, proximidade ou qualquer outro fato, tomou-se por hábito a visita como forma de lazer e evento de encontro. A um parente ou algum próximo, nada melhor que encontrar algum ente querido, para conversar e tomar um café. A sala para as formalidades, a cozinha para os mais chegados. Adultos em casa, crianças na rua aos gritos e arranques.

Alguns temas são sempre bons para serem retomados - a atual gestão do prefeito, acontecimentos na vida de conhecidos queridos (ou não) em comum, planos projetos. Longe de ser fofoca, apenas

'comentando' o que se sabe... E assim se revive a memória, se atualizam as notícias, e se acercam outras vizinhanças ao convívio e familiaridade dos habitantes locais e da paisagem no entorno de seus entes queridos.

## 1.2 Brusque na atualidade

Ironicamente, esta cidade sendo fruto da modernidade, da transgressão de fronteiras culturais e políticas, percebe atualmente nesta facilidade do deslocamento uma invasão “dos outros”, quais sejam, os atuais migrantes de outras regiões do Brasil - principalmente do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Este fluxo migratório atual vem na intenção de preencher as vagas no setor produtivo que está saindo de um período de estagnação sentido por seus habitantes da década de 90 até recentemente, que justificou inclusive o sacrifício de algumas casas pelos herdeiros 'que não souberam manter ou trabalhar como o pai', segundo os 'comentários' locais.

Nesta situação-problema em que Brusque vem recebendo este fluxo migratório em função do aquecimento de sua economia, embora nem toda a população brusquense se sentisse como fazendo parte de um pretenso grupo, pois nem toda a população se sentia contemplada com o moralismo percebido no antigo discurso do ser brusquense, trabalhador, afeito às tradições a ao passado, (valores estes oriundos da ressignificação local da ideologia germanista) hoje, como em qualquer sociedade complexa (Velho, 1999) convive e faz parte de uma complexidade visivelmente maior, de uma multiplicidade de visões de mundo, diversos critérios e objetivos.

Assim, o município antes conhecido por uma pretensa homogeneidade europeia, reforçada inclusive pelo governo do estado e município em propagandas turísticas (ou seja, com interesse turístico, e não necessariamente para contemplar um sentimento da população local) que denominam a região de “Vale Europeu”, hoje olhando para trás, mesmo que antes não se sentisse parte de um grupo ou achasse impositiva a postura de ser local, hoje sente falta de alguns aspectos do passado, com um sentimento de que antes se era um grupo, fazia-se parte de algo maior.

### **População no município de Brusque**

1970	1980	1990	2000	2010
32.376	37.934	53.488	73.256	105503

*Tabela 3 : População do município. Fonte: IBGE*

Para ser mais ilustrativo quanto ao crescimento da cidade, conforme o gráfico acima, a cidade saiu de um crescimento eminentemente vegetativo das décadas de 70 a 80, para ter sua população triplicada até Censo de 2010.

Com este aumento dado pelos ‘externos’ à cidade, além da conseqüente expansão do perímetro urbano, que hoje ultrapassa a área rural do município (que sempre teve a maioria da população no entorno das fábricas, mas a maior parte do município enquadrada em região rural, até 1980), a rotina da cidade também se torna mais ‘urbana’, dinâmica, segundo constataam seus moradores.

Talvez dentre os bairros, o mais impactado por essa dinâmica (conforme algumas entrevistas e verificado em campo) seja o bairro Santa Terezinha, (figura da página a seguir) antes área rural com pastos às margens do rio, e que hoje, apenas com remanescentes rurais, aproveitando sua localização estratégica às margens da SC-486 que dá acesso à BR 101, e pelos grandes terrenos antes de pastagem, hoje concentra uma dinâmica região de compras com grandes centros atacadistas e lojas de venda de artigos têxteis para cama, mesa e banho.

Assim, a criação de um shopping é bem vista - embora muitos achem até pequeno para o vulto de Brusque - sendo comum ouvir que a cidade estava há muito precisando de um empreendimento de compras mais arrumado que os tradicionais centros de compras atacadistas ou para compra sem empresa intermediária (compra direto da fábrica). Seguindo com a explicação local, no shopping - embora seja pequeno a ponto de ser apelidado jocosamente de ‘passarela’, ‘atalho pro outro lado da quadra’, ‘corredor’ – já é mais animador para um ‘passeio pra comprar’, ‘pra ver coisa bonita’, visitar a praça de alimentação, ‘só pra lembrar que tá lá’, ou mesmo para ir a um cinema.

Mas, ao lembrar que o shopping foi construído sobre o antigo cinema da cidade, que era orgulho aos habitantes por se dizer ser ‘o melhor do estado na época’; aquele cinema em que se ia na juventude ou de que se ouviram muitas histórias, traz ao interlocutor uma indignação, que por si já suscita uma urgência de preservação daquela edificação e



*Ilustração 8 : Vista aérea do bairro Santa Terezinha, com seus centros de compras, áreas residenciais, de pastagem e vegetação nativa.*

da paisagem restante que remete aquele passado, em respeito à memória.

É visível que, lembrando 'daqueles tempos', em que este antigo cinema Gracher, por exemplo, funcionava, no buscar na lembrança o cheiro, as poltronas, o evento que eram as matinês que a ausência dói ao entrevistado, e a preservação então é hasteada. Quando o entrevistado passa a lembrança sobre edificações que lhe trazem memórias positivas do tempo em que eram vivenciados estes espaços, fica latente o conflito sobre onde termina o desenvolvimento e começa a descaracterização local. Por mais que o desenvolvimento seja positivo, a memória de tempos apreciados também o é.

E sendo assim, o sentimento de perda da identidade e coesão de uma comunidade é desvelado quando o crescimento e ressignificação do município descaracterizam a paisagem que remete à memória. A urgência por novidades, a modernização da paisagem que era até então vista como benéfica para o desenvolvimento local, neste ponto passa a ser encarado também como um descolamento compulsório do indivíduo de sua memória e identidade enquanto local, brusquense, ao apagar um objeto que confirmava este pertencimento.

Até mesmo para os que não eram frequentadores destas edificações antigas, para os que nem mesmo eram nascidos, a demolição dessas edificações que remetem a histórias e memórias deste tempo que acabou foi tida como uma perda. As histórias herdadas sobre a cidade então perdem marcos que confirmavam estes saberes sobre o passado da cidade, de entes queridos, etc. Entrevistadas citavam a pena de não verem mais a lagoa, a igreja ou outros locais que ambientaram vivências e histórias contadas por seus pais, que reviviam em suas memórias este passado e traziam o passado da cidade e de sua família para próximo.

As edificações, quando reavivadas pela memória e afetividade vinculada à sua vivenciação, dos fatos da comunidade – de quando a cidade ainda era 'dos brusquenses', de quando se era jovem, de quando a cidade não era tão violenta – trazem no saber desse passado da cidade um discurso de pertencimento, de 'nós, os brusquenses'.

E a constatação no discurso nativo do fim de um tempo, de que uma parte dessa vida acabou é quando este discurso constata um silêncio e impessoalidade das novas fachadas, em paisagens totalmente transfiguradas que não carregam marcos de um tempo vivido, que não possuem quase pontos de convergência entre o progresso da cidade e o passado do nativo que o liga a esta cidade.

'Aquele' lugar, não era só uma edificação que foi demolida. A

renovação das edificações faz do brusquense um estranho ante aquela cidade que em certos pontos ele gostaria de ver ambientes familiares, mas que hoje lhes são estranhos. A memória ficou, mas sem a ambientação desta paisagem, deixando no relato nativo um luto e confirmando o pessimismo sentimental (Sahlins, 1997) sobre o fim desse grupo e dessa identidade com a cidade ante o desenvolvimento do município.

## **2 Visita e passeio: sociabilização e vivenciação da cidade**

Estes dois hábitos locais de visita e passeio, podem ser considerados rituais de troca de dádivas da região; movimentam seus nativos dinamizando a interação destes com a cidade, sua paisagem e possibilitando a troca de impressões acerca dessa, possibilitando uma vivência da cidade, suas paisagens e edificações de forma mais intensa, o que facilita a apreensão das mudanças da cidade.

Mesmo com a alteração na dinâmica e no porte da cidade, ainda hoje é comum ouvir que alguém 'vai pra cidade' (pro centro da cidade, não mais afastado dos bairros). Esse termo remete à época em que Brusque era pequena, e até o entorno e o Centro da cidade era eminentemente residencial e pastagem, pouco movimentado. Época em que os moradores dos bairros afastados tinham acesso difícil à região central pela falta de pavimentação e estradas adequadas. O Centro então, tendo ruas pavimentadas e tendo comércio entre as casa parecia outra cidade, se comparado à rotina rural dos demais bairros.

Esta cidade pequena, sem muita estrutura e serviços então fez do passeio um dos eventos de sociabilidade da região, em um ritual de protocolos desencadeados pelo evento que geram circulação dos habitantes pelas paisagens da cidade. Assim como a religião, a família, o passeio encerra certas dinâmicas e discursos nativos sobre sociabilidade, sobre generosidade e respeito. Se alguém é convidado, é porque é importante e há identificação com a pessoa que convidou. Se não convida frequentemente quando vai, ou se há recusa frequente pode-se entender como descaso com o outro. A dinâmica dos passeios remete à dádiva de Mauss (1976), pois o convite pode ser analisado como uma dádiva, e pressupõe uma reciprocidade e retorno entre as partes que retroalimenta e dinamiza esta prática.

E nestes passeios ou 'funções' (alguma empreitada com objetivo específico) 'na cidade', como até hoje se ouve, é desejável a



companhia de um parente ou amigo, onde seja possível conversar enquanto se faz as voltas necessárias, ou apenas para aproveitar a carona. Ou, quando se vai desacompanhado, do convite para ir junto 'pra cidade' ou 'pro Centro' pode-se sair sem a companhia, mas com o encargo de passar em algum estabelecimento para comprar ou ver algo a pedido de um conhecido.

No retorno do passeio 'na cidade' ou outro local, há o retorno à casa de uma das pessoas que foi junto às compras, pra se comentar o que foi visto enquanto se toma café, ou pra prestar satisfações ao que não foi e que fez algum pedido.

Então, para além da visita para conversar sobre o que se viu e conversou no passeio, a visita em si torna-se hábito. Não seria prudente afirmar que este hábito da visita deva-se apenas ao costume do passeio para 'funções' e compras. Mas a circularidade da ida para convite, passeio e retorno para satisfações sobre o pedido ou para trazer de volta o convidado reforça o hábito da visita, principalmente entre as mulheres, parentes e entes próximos reforça os laços, que posteriormente requerem novas visitas.

Este hábito da visita já teve certas ressignificações. Hoje restrito à esfera íntima e familiar, antes aproximava ainda mais também os vizinhos. Com a facilidade de se locomover de carro, distribuição de supermercados, etc., não é mais tão comum o convite entre vizinhos, mesmo em bairros distantes. Mas nas entrevistas, os mais idosos de bairros afastados relatavam mágoas de seus pais ou de si próprios contra algum vizinho que não dava satisfações de pra onde iria, ou se gostaria de algo. Hoje esta postura é considerada 'bisbilhotice' pelos parentes da única pessoa que se disse magoada por esta postura do vizinho.

Mas fato é que, ambas, visita e passeio, são eventos ainda bastantes presentes e fortes na cidade, mesmo que numa rede de interação menor. E assim, a casa e a vizinhança dos acompanhantes ainda tornam-se parte da vivência de quem tem por hábito a visita ou o passeio, aproximando o agente de outras formas de viver na cidade, aproximando sua privacidade de outros espaços públicos, conforme denominou Certeau (2003) sobre aspectos dos bairros, que é prover a aproximação entre o público e o privado.

Além da sua propriedade privada, o hábito das visitas a parentes e amigos propicia também uma familiaridade, vivida ou imaginada, com as demais edificações das vizinhanças que o agente frequenta. Os relatos assim perpassam diversas experiências com casas que não foram

habitadas ou frequentadas pelo entrevistado, tampouco estavam próximas de sua casa, mas a casa de parentes ou amigos.

A casa que trazia curiosidade às crianças da rua, a casa da (o) vizinha louca, a 'mansão' dos ricos da região, a casa soturna 'mal-assombrada', a do pomar, a do pão-duro, a mais bonita, a do cachorro... Relatos não só de sua vizinhança, mas de outras regiões da cidade – regiões acessadas pelo hábito das visitas. Difícil encontrar um brusquense que não tenha alguma história ou impressão para relatar sobre alguma casa além da sua, e que tampouco era casa de alguém de seu convívio - apenas uma casa que levantava a sua curiosidade. Assim, algo que aconteça com essas casas, é algo que se passa com o imaginário de mais pessoas além das que habitam aquela residência ou vizinhança.

De uma sequência de fiadas de tijolos intercaladas por portas e janelas, as edificações ambientam a rotina e a memória, e lembrar-se das que não estão mais em pé, quase que fatalmente acompanham reflexões que vão além da arquitetura, perpassam a memória do que foi vivido naqueles ambientes ou da impressão e memórias que estes ambientes traziam.

‘Hoje em dia ninguém mais dá valor pra nada!’, ‘O dinheiro é que manda’, ‘Não quiseram aprender a trabalhar, agora tem que demolir o que o pai construiu com uma vida inteira de trabalho...’, ‘Meu Deus! Ainda bem que o velho morreu pra não ter que ver isso acontecer...’, ‘Isso é coisa de povo sem cultura (sic), demolir uma casa com tanta história!’ (esta última frase, dita a respeito de uma casa que nunca foi visitada pela entrevistada, mas que fez parte da vizinhança da casa onde passou sua infância), dentre outras colocações, são comuns quando se conversa sobre a paisagem da cidade, e não sobre conflito de gerações ou herança arquitetônica. As edificações locais tornam-se concretas quando sensibilizam o agente, quando o comovem por sua beleza, fato pitoresco, por ter ambientado uma época, ou mesmo quando representavam o poder respeitado ou desdenhado pelos demais habitantes da cidade.

Nestas conversas descompromissadas sobre 'a cidade' (no caso de minha visita, entrevistas descompromissadas), passa-se por outros temas na conversa - valores, tradição, cultura – simplesmente por fazer a pergunta 'como está a cidade?'. E, em caso de lamento, em um tom quase que eminentemente saudosista, ao se lembrar da cidade, o passado é idealizado em todas as entrevistas. Lembra-se da cidade como um

lugar mais bonito antigamente, mais bem cuidado, “Hoje em dia ninguém quer mais saber de nada, ninguém quer trabalhar...”. E um estranhamento da Brusque atual vem, com um discurso de cidade invadida pelos de fora, e uma “renovação do apego” (Nora, 2009) se confirma com diversas expressões sinônimas a “Bons tempos aqueles...”.

Assim como na situação relatada sobre a realocação da comunidade afetada pela barragem de Itá (Reis, Catullo e Castells, 2006), mas não de modo tão extremo, de acordo com os relatos Brusque apresenta também um marco de ruptura em sua paisagem em antes e depois. Neste caso, sendo um marco impalpável e subjetivo, o antes vem a ser quando a cidade era 'dos brusquenses', antes do reaquecimento da economia, em que 'todo mundo se conhecia' (expressão muito recorrente), e nesta reavaliação do passado os entrevistados afirmam que o antigo era valorizado e preservado enquanto tradição e herança.

Por outro lado, também ouve-se nas entrevistas que esse *antes* era negativo por ser uma cidade parada, em que afora o trabalho, festas e visitas, não havia nada para fazer; além do viés das cidades pequenas, pois 'todo mundo' se conhecia, e a fofoca sobre a vida alheia era grande (poucos entrevistados não relataram um falatório ou mesmo 'escândalo na época' envolvendo seu nome ou de ente de sua família).

Enquanto negativo ainda, os entrevistados de menos de sessenta anos reclamaram do “ranço alemão” encarado como o apego irrestrito de alguns brusquenses ao tradicional, resultante numa mentalidade mais fechada, impositiva, preconceituosa ante novidades ou pessoas que não comungassem dos mesmos hábitos, origens ou religião, o que nos remete a traços da ideologia germanista (Seyferth, 1981) anteriormente tratados.

Apenas para exemplificar um dos casos ouvidos em uma das entrevistadas, quando a conversa chegou aos hábitos de 'antigamente', das visitas que se fazia e do moralismo da região, segue relato de uma situação lembrada pela interlocutora ao recordar-se do contato próximo com os entes queridos de antigamente, que elucida como é complexa a relação de proximidade em uma cidade pequena, onde 'se tu não conheces a pessoa, conhece alguém que conhece ela', e como a visita dinamiza estas interações.

Em uma das entrevistas, ao ser questionada sobre as mudanças na paisagem da cidade, a interlocutora se recordou dos passeios que fazia pelas ruas 'de antigamente'. Transcorria então com saudades sobre

as amizades que fez na juventude, o convívio com as amigas e as visitas à sua casa pra chamar para passear. Lembrou-se das amigas do esporte, do convívio na igreja, do 'turminha do footing' (termo muito usado pela juventude pelas décadas de 40 a 70 para o passeio pelo Centro da cidade nos domingos de matinês, em que se paquerava enquanto inocentemente se passeava), da vida religiosa e demais eixos em que se interagiu e se criava laços de afeto e amizade e justificavam o trânsito pela cidade.

De repente, enquanto relembrava o passado, passou a memória pelo seu período de normalista na década de 60, das amigas, e da dificuldade de aceitação neste período do seu matrimônio às pressas. O fato de a mesma estar grávida ao casar foi um escândalo, e seu círculo de amizades praticamente desapareceu por isso. Ninguém a visitava. Quem ela nem conhecia, chegava a atravessar a rua, ou olhar com desdém à jovem mãe, já sabendo do ocorrido. O agravante para o casamento pela gravidez foi que, o pai da criança era 'literalmente um Silva', (referindo-se ao sobrenome português bastante comum, que carrega a pecha de não conferir distinção ou tradição a quem o carrega), isso dito por alguns entes da família quando repreenderam a moça lembrando o sobrenome do rapaz que 'desonrou' a família. Já as amizades sumiram antes mesmo de explicarem o que mais lhes incomodava a respeito da situação. A entrevistada se justifica até hoje que sempre amou o marido, e pra ela foi uma alegria, mesmo nestas circunstâncias e com o julgamento da cidade, ter se casado com o homem que ama e é seu companheiro até hoje.

O que a incomoda e doeu muito foi à interferência da crítica, o moralismo ante sua gravidez na juventude, o protocolo a ser seguido por quem é brusquense 'de bem', bem como o ranço pela origem de seu marido, sem sequer tentarem descobrir quem era aquele homem além de sua origem. Ninguém quis mais frequentar sua casa, evitavam-na para não serem associados, 'o que a sociedade vai pensar?'.

Todas essas recordações foram resultado da lembrança sobre um ato simples, comum aos locais que é a visita. Da lembrança deste hábito veio a lembrança da paisagem, de uma época e do moralismo desta época, do 'ranço' da moral. As visitas rememoram os passeios, relembra as amizades e companhias, reestrutura os códigos e a antiga paisagem local e o que se passou por suas ruas. Que cria a oportunidade aos locais de viverem a cidade, conviverem com seus habitantes e suas edificações, e que, portanto, permitem a experiência próxima sobre as mudanças na paisagem, nos hábitos e na 'fisionomia' da população.

### **3 Arquitetura em Brusque**

#### **3.1 Delimitando o objeto: De que edificações estamos falando?**

Quando este trabalho trata da valorização da arquitetura ou edificações enquanto um bem com valor à comunidade, em momento algum se tem a pretensão de delimitar este termo dentro dos critérios acadêmicos, tomando em conta volume, espaço, luz, plano, etc.. Antes, tenta aproximar-se do que o campo contextualizou como sendo uma edificação digna de preservação para o brusquense, neste caso, edificações em seu aspecto estético, não técnico, ou que sensibilizam por questões subjetivas, por falarem à memória do entrevistado.

Quanto à utilização do termo 'arquitetura' pelos entrevistados, houve uma atribuição de valor estético às edificações quando tal termo foi usado. Quanto à aparência da casa, uma casa feia é apenas uma casa, não há sensibilidade sobre uma técnica por trás de sua construção, sobre herança de saberes ou hábitos cimentados em sua arquitetura - é apenas uma casa construída. Uma casa feia nova, dependendo dos anseios do interlocutor pode ser uma casa 'pra se achar' (se exibir), 'de mau gosto' ou simplesmente receber adjetivos pejorativos. O interlocutor considerando uma casa simples ou feia, esta recebe a categoria de 'casa velha', quando não é simplesmente ignorada.

Já uma casa bonita sob os critérios pessoais do entrevistado, sendo nova ou antiga, esta então 'tem uma arquitetura', por isso é bonita. Sendo nova e bem vista, atribui ao seu morador bom gosto, status, 'deve ser rico'. Já se além de bonita, ou seja, 'com arquitetura', ela for antiga, então é elevada espontaneamente pelo interlocutor à condição de patrimônio, mesmo que o interlocutor não tenha nenhuma memória daquela edificação – o que em Brusque, dificilmente acontece com as poucas casas antigas remanescentes, as mesmas sempre são lembradas.

E este entendimento de arquitetura dado pelas entrevistas, como uma disposição esteticamente harmônica (bonita ou feia) se aproxima ao que Coelho Netto (2007) levantou: a arquitetura segundo o autor é consciente ou inconscientemente a forma artística mais acessível às massas – arte neste caso, entendida como manifestação de sensibilização estética. Aposentados, arrendatários, concordatários, desempregados, operários: foi verificado neste trabalho que seja apenas em sua fachada ou pelo convívio com o interior das edificações, há uma experiência e análise de uma estética por parte de todos os entrevistados.

Aspecto estético	Idade atribuída à edificação	
	Antiga	Nova
Bonita	Patrimônio	Status 'com arquitetura'
Feia	Casa Velha	Presunção, mau gosto Sem arquitetura

*Tabela 4: Tabela de atribuições às edificações*

E, em virtude dessa diferença entre a apreensão acadêmica e a do campo sobre o que é arquitetura, este trabalho utilizará mais o termo “edificações”, tentando assim generalizar o alcance da palavra quando não houver interesse em delinear algum aspecto técnico de edificação ou seu aspecto estético, bem como não remeter à atribuição dada pelo campo de 'arquitetura' enquanto algo necessariamente belo.

Como foi constatada diferença no discurso e na paisagem do campo entre as edificações comerciais e as residenciais, a delimitação destes dois eixos de edificações foi separada para análise. Nas entrevistas, as edificações comerciais quase não foram lembradas, embora houvesse o lamento sobre a perda destes comércios de antigamente - neste eixo, as edificações têm sua importância enquanto o marco de uma época, de um ritmo da cidade, de uma forma de comércio mais personalizado. Edificações de uso público, a única citada como obra da prefeitura foi a Praça do Centro da Cidade, a Barão Von Schreeburg, as demais edificações catalogadas como públicas foram as igrejas, por seu uso comunitário. Já para as edificações residenciais houve recorrência na narração de espaços e usos de forma mais acentuada, bem como comentários sobre as decisões tomadas por seus donos, em situações de divergência, e sua experiência foi dada eminentemente pelo convívio com suas fachadas.

### **3.2 Edificações residenciais**

Durante as conversas, as casas que são comumente lembradas, independente do estilo que carregam ou da ascendência de seus habitantes que pudesse interferir em sua arquitetura, são lembradas por apresentarem alguma singularidade histórica ou afetiva ante sua presença, ou devido a algo singular em sua construção, tamanho, ou por sua localização (em que passa a ser ponto de referência aos locais em sua localização na cidade). Estas casas têm um grau de recorrência maior ou menor entre os habitantes.



*Ilustração 9 : Recorrência de soluções arquitetônicas empregadas em casas da Rua Dom Joaquim, principal acesso à região Oeste da Cidade.*

Como foi dito, este trabalho não se atém à categorização das casas em sentido técnico ou formal, mas crê-se válido delimitar certos traços arquitetônicos mais recorrentes na região e citados pela memória dos entrevistados, haja vista que sua recorrência em certas regiões ainda resulta numa padronização na paisagem local. Todos os relatos foram permeados por itens aqui citados nas lembranças da infância, na casa dos pais ou de pessoas próximas. Desta forma, a sociabilização familiar é frequentemente dada em residências dispostas nesta estrutura, como numa recorrência do padrão e disposição do que vinha a ser uma 'família' em o que vinha a ser uma 'casa' – ou ao menos o que devia ser uma família e uma casa.

De acordo com as entrevistas e o convívio com os locais, percebe-se que, embora aos visitantes e aos que se prestem ao estranhamento haja claramente traços que personalizem a arquitetura local dando-a ares 'brusquenses', estes traços e soluções arquitetônicas em sua grande maioria são tidos pelos locais como 'normais' ou



*Ilustração 10: Casas que mantêm soluções similares, na Rua Primeiro e Maio, principal via de acesso aos bairros ao Sul da cidade. Via de acesso também ao parque fabril da indústria têxtil Renaux.*

'invisíveis', sem importância, quando não consideradas casas velhas, ou casas simples, mesmo estas casas permeando suas recordações. Retomando o quadro anterior, são casas em padrão recorrente há anos na cidade, sendo então casas 'velhas' e sem arquitetura.

Talvez futuramente, com a falta de exemplares desta arquitetura recorrente na região, que chamamos aqui de casas de operários e definidas abaixo, haja um sentimento de falta de algo, de alguma arquitetura de referência - como é o caso atualmente do lamento pela perda de edificações referenciais, em que algumas casas já demolidas e poucas preservadas são lembradas como valiosas por algum motivo que as referencie aos habitantes, e por serem únicas de algum modo. É possível que se sinta falta das casas de operários futuramente, quando estiverem quase extintas, 'se acabado', e haja um sentimento de perda que hoje sente-se pelas casas antigas que eram ponto de referência aos habitantes e não existem mais.



À parte do enxaimel, ilustrado na figura da página seguinte, com sua aparência caracterizada pelas traves de madeira que armam a parede da casa e lhe dão estrutura, não foi detectada nenhuma valoração por alguma outra arquitetura ou técnica de edificação especificamente, apenas por casas específicas por seu porte, beleza ou localização ou fato pitoresco. O que reitera que a valoração ou lembrança da arquitetura que ambientou a vida local ou pessoal não se fia na arquitetura em si, em seus critérios técnicos, mas na vivenciação das construções e na sensibilização estética que ela provoca.

Os critérios arquitetônicos largamente verificados como características recorrentes na arquitetura local de residências, e com visível adensamento na região central da cidade e no entorno das fábricas foi por este trabalho deliberadamente encerrado pelo termo *casa de operário*.

Define-se neste termo, pois, conforme as entrevistas, fotos pesquisadas e análise em campo, além de a grande maioria das famílias do século passado ter nas fábricas o local de trabalho para principal fonte de renda, mesmo a cidade até muito recentemente ter a maior parte de sua população em área rural, o campo era mantido para suprir apenas a família que cuidava da terra. Era cuidado na maior parte do tempo pelos pais e crianças nos horários disponíveis, ou em certos casos, as funções com os animais e plantação eram delegadas especificamente a um ou mais dos membro(s) dessa família. Assim, poucas famílias subsistiam estritamente do campo. Portanto o custeio da construção à manutenção de suas famílias e de suas casas veio das fábricas, essas famílias tendo pasto, horta ou não. Dependiam das fábricas, e localizar estas casas ajuda a localizar o estrato social de seus habitantes – família de renda 'contada' (não pobres, mas sem riquezas) que vendiam sua mão de obra para subsistência em uma terra de fábricas: casa de operários.

Além disso, devido ao espaço menor entre os terrenos no perímetro urbano, estas casas se adensavam nestas áreas da cidade, especialmente nas ruas de acesso às fábricas dos perímetros industriais. Portanto, mesmo com a demolição de muitas destas casas, ainda hoje é comum verificar a proximidade de alguma fábrica de mais de 60 anos pelo adensamento deste padrão de edificações. Sobre este padrão, seguem os recursos empregados em sua edificação:



*Ilustração 11: Casa Brusque, centro de cultura e memória por membros da sociedade civil. Sendo edificação remontada, é a última remanescente legítima da técnica de enxaimel no centro da cidade (apena outra foi localizada, para uso particular).*

**A** - aproveitamento do telhado com uso de sótão como área útil, não para depósito. Para viabilização deste espaço, recorre-se frequentemente ao uso de

**B** - empena estendida (parede na altura do telhado, que forma uma parede junto às águas do telhado),

**C** - janelas de empena (janelas na parede que faz lado com as águas do telhado), para ventilação do sótão

**D** - telhado Gambrel (tipo “celeiro”), e

**E** - lucarnas em águas furtadas (janelas que se projetam do telhado para ventilação e aproveitamento da luz natural).

Pouco uso de adornos na fachada, quase que eminente mente restritos à (E) cornijas (frisos horizontais), e

**F** - guarnição das aberturas (saliências no entorno de portas, janelas e demais aberturas).



*Ilustração 12: Edificações da Rua Dom Joaquim, de uso residencial e misto.*

- Utilização da técnica de enxaimel (uso de escoras de madeira para estrutura e sustentação da casa, dispostas de modo a se tornarem estáveis entre si, e preenchidas as paredes com outro material, em geral, tijolos) para estruturação da casa. Revestidas ou, em casos raros remanescentes, enxaimel aparente. Dentre os entrevistados, do total de quase vinte entrevistas, apenas três casas foram lembradas como casas enxaimel ainda em pé na região – mas todos se recordavam de terem convivido com alguma próxima à sua rotina ‘antigamente’.

**G** - Uso de varanda térrea e quase inexistência de balcão ou sacada nos andares elevados (edificação mista da foto de referência foi uma das poucas encontrada). A varanda faz-se anexa à entrada, disposta na frente ou na lateral da casa, não sendo, portanto área restrita e íntima, como no caso de varandas, sendo área de convívio. Comumente eram utilizadas como área de lazer pelas crianças em dias de chuva (o que é comum àquela região úmida), ou como local de se sentar para ver o movimento ao final da tarde, para conversar com os amigos transeuntes ou com os vizinhos. Estes hábitos ainda hoje são comuns em regiões sem tanto

trânsito comercial.

Ainda hoje comum este padrão de casa, a distribuição dos cômodos é recorrente: permanece o sótão preferencialmente como quarto das crianças da casa, e, no caso de estas estarem adultas, tem seu destino repensado (como quarto de costura, despensa de lembrança dos filhos ou mesmo novo quarto pros pais). O quarto mais próximo à porta principal é destinado ao casal, ficando ao lado da sala, que aos fundos dá acesso à cozinha e ao quarto das crianças.

Há uma despreocupação com o telhado aparente, e poucas são as construções em que há uma empena que faça continuação da parede da fachada e que tape o telhado, solução facilmente encontrada nas construções do mesmo período em Itajaí e Florianópolis, por exemplo. Este recurso era mormente utilizado em edificações comerciais, propriamente.

Até o momento, como foi dito, embora em todas as entrevistas os agentes tivessem memórias da vizinhança, parentes ou da própria casa nestes moldes, não há uma identificação com esta arquitetura, mas com a lembrança e o convívio com certos elementos dessa arquitetura (principalmente o sótão, habitação comumente utilizada para os filhos da casa, a varanda, o quintal na continuação da cozinha). Assim, é comum ouvir discursos saudosos sobre sua infância, a casa dos pais, mas na casa atual, caso não seja uma casa de operário, não encontre estes elementos, ou encontrar subutilizados elementos descritos com saudade.

No discurso dos entrevistados, além das lembranças e do apreço pela ambientação propiciada pela varanda em suas lembranças, pelas brincadeiras na infância em dia de chuva ou muito sol, de descanso em noite quente, ou pra 'ver o movimento', outro elemento que constantemente é citado é o sótão, comumente o 'quarto das crianças'. Como apresentado por Weimer (2005), o sótão é elemento corrente de utilização de espaço com economia de recursos em paredes e vigas, comumente encontradas em suas citações da arquitetura europeia alemã, italiana e portuguesa, ou seja, dos maiores grupos de imigrantes da região.



*Ilustração 13: Residência com mais de cinquenta anos que ainda preserva jardim, quintal e pasto. Situada no Centro 2, antes zona rural do município, recentemente esta região vem perdendo sua dinâmica rural, pois se tornou atrativa para indústrias e lojas que requerem grandes espaços em região central da cidade.*

Como as casas passaram a ter segundo andar, ou planta ampliada em relação às casas antigas, a utilização do vão do telhado como sótão habitável foi suprimido. O sótão hoje em dia reserva entulho e lembranças que quase nunca se procura da casa, deixou de ser uma peça. Mas o relato do convívio com os irmãos na infância em que se habitava o sótão foi verificado por todos os entrevistados com mais de 50 anos. Esta é uma peça saudosa em suas memórias, à parte a lembrança do calor quando não havia vedação do telhado.

Quanto aos itens citados como relevantes na arquitetura local, vale o adendo que é comum às casas de mais de trinta anos encerrarem a quase totalidade dos itens acima citados, e que este modelo de edificação é mais recorrente ainda na região do perímetro das fábricas antigas de Brusque, e principalmente nas ruas que dão acesso a essas fábricas. Dos entrevistados, inclusive, as três senhoras acima de 70 anos

que trabalhavam para as fábricas da região – Renaux, Schlösser e Buettner – todas elas descrevem a casa de sua infância nestes moldes e a vizinhança quase toda neste mesmo padrão.

Este molde de casa (como exemplo visual tem-se a marca d'água deste trabalho) facilmente ainda hoje também é encontrado em regiões longe de fábricas, em áreas com predominância agrícola, mas é patente que nestas regiões há uma variação maior na arquitetura e soluções nas residências, ao passo que, no perímetro das fábricas, seja pela limitação do espaço, ou por gosto e hábito, as residências das famílias de operários remete-se a esse modelo mais frequentemente.

Mas a recorrência dessas casas no perímetro das fábricas e nos caminhos que levam a estas sugere se tratar de uma casa típica de trabalhadores das fábricas, ou mesmo 'casa de operários'. Em madeira ou alvenaria, as soluções encontradas nessas casas foram bastante utilizadas, em casas de tamanhos, materiais, famílias diferentes e, como foi dito, tem maior recorrência ainda hoje nos acessos às fábricas.

Edificações residenciais distintas deste padrão e citadas por suas peculiaridades estarão especificadas no item 4.1.

Sobre arquitetura residencial, é importante citar as edificações construídas pela fábrica Renaux a funcionários de cargo empregados nas fábricas, para que residissem nestas casas próximas à fábrica. Para este trabalho consideram-se estas casas enquanto edificações residenciais, mesmo a relação do habitante com sua residência dever-se ao fato de ser funcionário da fábrica proprietária da casa. Estas edificações também carregavam as características mencionadas sobre casas residenciais. Diferencia-se apenas que, no caso das casas de funcionários Renaux, o telhado costumava ter à frente uma das águas e o perfil da cumeeira em paralelo com a fachada, aproveitando a beira do telhado para encerrar a varanda; ao passo que, o mais comum encontrado na região é a ponta da cumeeira e o vértice das duas águas fazer a frente da casa.

### **3.3 Edificações comerciais e públicas**

Nas edificações de uso e trânsito de público, a empatia é remetida às edificações que suscitavam reverência pelo nome que traziam como casas típicas do comércio, pelo porte ou arquitetura singular ou opulenta, ou pela localização que as faz ser ponto de referência. Portanto, novamente constata-se que o fator para a





*Ilustração 14: Uma das poucas casas remanescentes construídas nas imediações da fábrica Renaux para funcionários da empresa.*

valorização desta arquitetura de ‘domínio público’ é dada não por critérios objetivos, a que esse trabalho não se ateve, mas ao convívio com seus símbolos e com a subjetivação de sua importância. Exemplo de casa citada por todos os entrevistados, a Casa Krieger, uma tradicional casa de alfaiataria demolida ao final de 1990, e que não apresentava singularidades em sua arquitetura em relação às demais casas na rua principal do comércio. Tinha a fachada junto à rua, com janelas elevadas e sóbrias cornijas e guarnições nas aberturas, como já foi mencionado ser o comum ao antigo comércio. Mas o respeito à construção foi respaldado no nome que traduzia qualidade, na idealização dos bens ali vendidos.

Dentre os estabelecimentos associativos, fossem comerciais ou não, o número de edificações que manteve suas características é maior, o que endossa um dos propósitos destas sociedades, segundo Giralda Seyferth (1981), que seria o de manter e propiciar ambiente para se reviver hábitos e laços da comunidade. Logo, a própria arquitetura

torna-se um bem a ser preservado nestas instituições. Clube de Caça e Tiro (antigo Shützenverein, hoje voltado a festas de confraternização), Clube Caça e Tiro Ipiranga (ainda presente seu campo de tiro e seu salão de festas), Clube Paysandu (voltado para o futebol) e Clube Sete de Ouro (clube sem vínculo associativo, frequentado eminentemente por homens para carteado, dominó, etc., além de churrasco e bar).

Igrejas também têm número considerável de edificações preservadas. Neste caso, o adendo é para edificações não preservadas, que foram unanimidade na lembrança dos entrevistados: a antiga matriz católica, e a Igreja do bairro Santa Terezinha, também demolida para abrigar uma construção maior.

Os entrevistados criticaram as demolições, pois embora concordassem que o espaço era pequeno, para o número de fiéis nas missas, julgaram não ser este o principal motivo para a demolição, mas o status de ter uma construção nova e moderna. Há uma desolação por parte dos católicos entrevistados sobre o fato de as igrejas em que foram batizados, tiveram a primeira comunhão, etc., ter sido posta abaixo e a nova igreja não ter nada que remeta àquela história, à sua história de fé, como se esta história que as antigas igrejas carregavam não fosse importante, se comparado ao status de ter uma igreja moderna, extravagante por seu porte ou por destoar do resto da arquitetura local.

### **3.4 Preservação X atualização da cidade: perspectivas que não dialogam**

Neste subcapítulo há o intento de aclarar certos argumentos e motivações para a posição dos que celebram a demolição de edificações antigas, bem como a opinião oposta dos que lamentam a derrubada das edificações remanescentes. Nestas reflexões, reações ante o passado da cidade que as edificações evocam e impressões sobre o futuro da cidade que as novas edificações sugerem aos habitantes são detalhadas, para justificar as opiniões defendidas pelos entrevistados.

Aproveitando-se das novas técnicas e soluções arquitetônicas, as edificações residenciais atuais quase não utilizam elementos característicos das casas com mais de trinta anos. Maiores e em plantas diversas além do quadrilátero, e por motivos que talvez soassem conjectura, as residências atuais extinguem em sua grande maioria o sótão, preferindo um segundo andar quando é necessário espaço. Em



cores, formas e disposição a gosto de seus habitantes, estas se desprendem da homogeneidade das casas da infância de seus habitantes, denotando a heterogeneidade do que pretensamente pode-se chamar família, rotina, convívio.

A casa atual, mais espaçosa e moderna é tida como melhor no discurso dos entrevistados. No âmbito particular, todas as alterações são justificáveis. O lamento ocorre quando se recorda da paisagem das ruas, das outras casas que foram demolidas ou descaracterizadas.

O único elemento ainda recorrente nas casas da região, em formas não tão previsíveis como nas de anteriormente, é a varanda. A frente da casa em grande número ainda dispõe de área aberta - exceto naquelas dispostas como as casas antigas com a fachada no limiar da rua, em que, por questão de segurança, a varanda é fechada em um jardim de inverno, ou reformada em uma saleta.

As edificações comerciais também estão recorrendo a diferentes recursos construtivos, afastando a paisagem local da padronização por recorrência que havia em períodos anteriores, conforme citam os entrevistados que estranham a falta de uma identidade nas fachadas atuais. Não se notam atualmente recursos arquitetônicos que sejam largamente usados, ou soluções empregadas nas antigas que lhe conferiam identidade sendo utilizadas em largo número atualmente.

Em edifícios comerciais, o telhado aparente pode ser trocado pela laje, o acabamento em madeira vem dando espaço ao alumínio e PVC; os adornos ficam a cargo da imagem que cada loja quer transmitir, e poucas das lojas tradicionais mantém a mesma fachada ou interior – é o caso da Confeitaria Bartz, o casarão do Dr. João Bauer (patrono da energia elétrica na região, e hoje imóvel visado para aluguel ao comércio por seu tamanho e localização, embora esteja abandonado por falta de benfeitorias), a Casa Renaux, que atualmente e alguns poucos outros comércios, hora repaginados para melhoria, hora pra não ficar 'desatualizado'.

Em certos momentos as mudanças são tidas como positivas, como benéficas à cidade, por renovarem sua paisagem 'paradona'. Mas quando se acerca a memória daquela paisagem, do ritmo daquele comércio com o que era anteriormente com um comércio quase de freguesia entre conhecidos, de vínculo com o estabelecimento e de personalidade e quase gravidade no trato, vem à saudade e apenas de não mais existir esse tipo de comércio.

Já nas edificações residenciais, embora em números haja um

número maior de casas preservadas, a manutenção de soluções arquitetônicas anteriormente empregadas tampouco é verificada em larga escala, salvo foi dito no item sobre residências, o caso das varandas.

Seja pelo desenvolvimento da arquitetura ou pela intenção de destacar o imóvel, 'dar uma mudada' ou qualquer outro motivo, as edificações vem sendo construídas em diferentes tamanhos, formas, estilos, etc. Como também é notável em outras cidades. Estas alterações, embora sejam em certos momentos vistas com bons olhos, encaradas como sinal do crescimento da cidade, provocam um conflito na opinião do entrevistado quando se passa do assunto economia para o da memória - em todos foi verificado o mesmo efeito.

Da análise pragmática, tomando em conta os empregos, o crescimento das indústrias, dos serviços disponíveis na cidade, quando se lembra da relação pessoal que se tinha com a cidade de antigamente, vem junto um desalento. Lembra-se da juventude, das ruas freqüentadas, das fachadas e impressões que permeiam uma cidade saudosamente idealizada como quase perfeita, se comparada aos dias atuais, idealização esta relatada por Nora (2009) como resultado de um apego ao passado frente à aceleração do ritmo de mudanças e à urgência de referenciais na memória que lhe dêem sentido de pertencimento.

Mas este saudosismo e idealização do passado tendem a mitigar as discordâncias que se tinha com a pretensa homogeneidade da Brusque do passado, sobre o moralismo em certos trechos da entrevista relatados, sobre o policiamento da vida alheia, sobre a imposição do que viria a ser uma 'pessoa direita', família, etc..

Sobre esse aspecto ideológico que a uma sociedade vivencia e reproduz, Eco (2007) salienta que isso se estende aos espaços de convívio produzidos socialmente. Há, portanto uma ideologia pressuposta na disposição dos espaços e de seus usos. Não seria gratuita a delimitação das intimidades de cada habitante, a forma de encerrar o convívio e a rotina. Esta ideologia não é encerrada no aspecto político, advém de uma esfera mais ampla, tal como delimita o autor, sendo ideologia um universo do saber dos indivíduos que dela partilham, logo, a ideologia dentro desse universo de saberes comunica algo a estes indivíduos, através de seus signos e códigos comunicantes.

Nesta acepção, a arquitetura além de funcionar como uma estrutura de tijolos e argamassa comunica algo de uma estrutura maior do que as edificações em si, ou seja, “o aparato sógnico remete ao

aparato ideológico” (Eco, 2007).

Uma casa deixa de ser apenas uma casa, torna-se reflexo de uma ideologia. O quarto das crianças antes um espaço sem intimidades no sótão, com no máximo uma divisória entre o ambiente das meninas e dos meninos, denota certos entendimentos e pressupostos sobre o que era ser criança na época em que esta disposição de casa era comum e conveniente: irmãos têm de conviver, não devem gerar gastos à família, não devem ter caprichos, não devem incomodar os adultos. O quarto "do casal", à frente da casa ao lado da sala de estar ficava na região privilegiada da casa, podendo ter mais convívio com os objetos vistosos da família que ficavam à mostra na sala de estar, e o casal devendo zelar por estes bens e pela ordem da casa, para caso de vir visita. Já a cozinha, nestas casas recorrentes é disposta nos fundos da casa, geralmente com telhado rebaixado e disposição anexa à residência, mesmo que construída no mesmo período, o que denota o papel desta que detinha a legitimidade de seu uso.

Conforme Eco (2007) discorreu, qualquer alteração na ideologia resulta em uma alteração nos signos utilizados. E a imbricação entre o fator ideológico e a arquitetura pode elucidar algumas reelaborações dos espaços das residências, em que itens que trouxeram saudades aos entrevistados, desapareceram de seu convívio nas novas residências. A criança hoje sendo um projeto da família conforme Bourdieu (apud Nogueira, 2006), o quarto das crianças no espaço vão para um de maior intimidade e prestígio, ao lado do espaço dos pais e demais cômodos, também para ficar mais à vista, para ter acompanhado seu desenvolvimento, para não haver carências e negligência. A cozinha, hoje apreciado o inevitável despojo próprio deste ambiente, tem seu teto no mesmo plano dos demais cômodos, e sua posição quando fica aos fundos da casa, deve-se a uma maior intimidade aos que dela desfrutam, quando esta não é anexa à sala. A sala de estar fica volúvel ao ambiente mais apreciado pelos habitantes da casa, podendo virar uma enorme sala de TV, estando próxima ou junta da cozinha ou mesmo da garagem e churrasqueira.

Neste ponto faz-se válido levantar humildemente certas considerações de autores de fora das Ciências Sociais, mas que tangem o aspecto social desta área quase sempre exata que é arquitetura. Tomando nota do que foi discorrido por Coelho Netto (2007) sobre o fato que, mesmo que de forma desavisada em muitos casos, a divisão do espaço e consequente definição de seus usos na arquitetura são resultantes de

acepções culturais e ideológicas, e sob esta interferência a arquitetura então concreta e delimita os usos do espaço, e consequentemente, a forma como se deve viver nesses espaços. Ao definir este ambiente e este sentido dado ao espaço em sua estruturação arquitetônica, segundo o autor, o espaço é “semantizado” pela arquitetura – o que remete a Eco (2007). Para este autor, os símbolos referem-se a significados externos a eles, dentro de um universo de signos sistematizados em códigos e léxicos de uma ideologia, dando sentido a esta ideologia, e fazendo sentido partindo-se dos léxicos dessa ideologia. Ainda para Eco (2007) “uma variação do código corresponde a uma variação da ideologia que lhe é correlata” e o contrário também é verdadeiro.

Trazendo para o nosso tema estas contribuições, paredes e portas não são apenas paredes e portas, não são “univocamente comunicativas” Eco (2007) de uma “função primeira”, de abrigar uma família com seu gosto próprio. São em um segundo plano desta sua razão de ser, de serem abrigo, aparatos sógnicos que remetem ao aparato ideológico em que esta unidade familiar está inserida e reproduz (Bourdieu, 2006) este modelo - ou ao menos dialoga, quando vai contra o padrão, as casas tradicionais, e deseja ser diferente.

As paredes e itens construtivos são também cerceamento, vazão, categorização a relevância de cada cômodo e seu usuário, e em relação às demais casas, delatam uma conformidade ou diferenciação no modo de se viver que o dá sentido a que Coelho Netto (2007) se refere. A diversidade de disposições de cômodos e fachadas que hoje se encontra, para além de questões econômicas, de técnicas construtivas, sugere também a diversidade sobre o que vem a ser família, quais vem a ser os papéis dos membros desta família e diversificação dos projetos (Bourdieu, 2006) de seus habitantes.

Mesmo que ‘antigamente’ não houvesse uma total homogeneidade nos hábitos e costumes, na estrutura de todas as famílias, mas constatou-se pelas entrevistas e bibliografia que ainda assim havia um interesse em se enquadrar dentro dos moldes do desejável, do tradicional ao menos até o ponto da conveniência, para evitar ‘falatório’, do contrário, sabia-se estar às margens da lei moral do povo. Mas, com o passar do tempo e dinamização da cidade, o município deixou de ser uma cidade pequena, que se traduzia quase como um panóptico pelas narrativas de seus nativos. Cada vez maior, possibilitou a diversificação de projetos, dentre outros motivos, nesta sociedade complexa (Velho, 1999) entendida pela coexistência de

diversas visões de mundos e estilos de vida e projetos diante do amplo campo de possibilidades de escolhas, o relativo anonimato de seus moradores entre si mitigou o índice do que deveria ser o ideal. Havendo uma diversificação de projetos (Bourdieu, 1997) perde-se a atenção ao habitus (Bourdieu, 1997) do ser um brusquense direito, vinculado ao tradicional. As edificações então reproduzem esta alteração ideológica e de projeto, pela alteração de seus signos não mais tão uniformes em relação à vizinhança, pelos espaços personalizados ao projeto da família, e mesmo pela intenção de ter uma casa diferenciada, que se destaque das demais.

Como em qualquer sociedade pós-moderna, inserida na dinâmica globalizada moderna, em que a dinâmica frenética de diversas esferas de convívio liberta e descentra o indivíduo de referências sobre seu meio e sua própria identidade (Hall, 2003), em Brusque também foi constatado que a identidade que costura o sujeito a uma cultura e que provê ao sujeito uma identidade de pertencimento vem sendo desfeitos em alguns destes pontos.

Conforme entrevistas dos adultos que tiveram sua mocidade entre as décadas de 60 e 70, a reprodução de códigos quando não era tida como benéfica e positiva aos agentes, em certas circunstâncias e a certos membros poderia ocorrer de forma impositiva, ou mesmo por uma auto coerção dos corpos dóceis (Foucault, 1987) que nem se manifestam em contrário, temendo possíveis suplícios e rechaços da própria comunidade ou da família – suplício este que a própria fofoca, tão comum na região, já era suficiente para fazê-lo. Mas, com a diversificação de projetos, de ideologias, esta imposição e pontos em comum de costura de um agente em um grupo foram se alterando.

Mas esta multiplicidade de projetos e estilos de vida possíveis pode resultar na perda de pontos de coesão e referenciais (Hall, 2003) ao sujeito para com o seu antigo meio identitário local. O sujeito então não percebe mais (tantos) pontos que o identifiquem ao grupo e resultem num sentimento de pertença. Esta crise de identidade (Hall, 2003) oriunda deste descentramento do sujeito ante si mesmo ou ao meio, quando não é por um descentramento do próprio sujeito, pode ser resultante da descaracterização do meio em resposta às diversas e dinâmicas mudanças do mundo moderno. Mas o meio não muda por si só, mas esta mudança do meio vem a ser fruto da reação de indivíduos às diversas demandas e estímulos modernos.

“Não se sabe mais se a gente tá no centro de Brusque ou sei lá

de que cidade, porque não tem mais nada a ver isso aqui com o que era Brusque, tá ficando igual a tudo!"; "Se trocassem os letreiros na cidade, daria de pensar que tu tá em outra parte do planeta, que não tem mais nada a ver isso aqui com o que era Brusque. Tá tudo ficando igual, não tem mais personalidade...". Estas duas declarações, quase idênticas, foram feitas por pessoas que não se conhecem, mas são traduções uma da outra. Uma vendeu sua casa, situada na tradicional e relativamente preservada "Rua das Carreiras", atual Rua Getúlio Vargas, e hoje reside em um apartamento, justificando essa mudança por sua saúde mental, pois não agüentava mais tremer ao ouvir trovoadas, pelo trauma de enchentes, principalmente pela de 1984, que encheu o centro da cidade de lodo e lixo por cerca de uma semana. O outro entrevistado reside em uma casa centenária, em Dom Joaquim, bairro antes retirado, dos que ficavam afastados 'da cidade', e hoje já faz parte do entorno da área urbana do município, quase sem vestígios de seu passado rural. Reside nesta casa com muito orgulho, por preservar sua história, por sentir-se fazendo parte da história da casa.

Dos que se desfizeram de seus bens imóveis herdados aos que são taxados de teimosos por morarem em 'casa velha' por seus parentes, o discurso mantém um teor de justificativa às suas escolhas, mesmo quando não foi perguntado a respeito, o que denuncia o hábito de se justificar sobre essa escolha de onde mora. Neste discurso se justificando, o interlocutor levanta o fato de ser necessário ter 'personalidade' para tomar sua decisão, seja ela a de continuar morando na 'casa velha', ou de mudar-se e preservar "com o coração" o que há para ser guardado, para assim ficar longe da água, ou da dificuldade financeira, ou sem briga na família. A análise feita pelos próprios entrevistados em suas divagações sobre o que foi vender a casa dos pais, a casa onde morava ou permanecer na que ocupa, permeou três entrevistas.

Mesmo havendo escolhas diferentes tomadas, estas escolhas foram pautadas nas mesmas análises e critérios: preservação do que considera importante (desde a arquitetura em si, até da saúde financeira, pelo custo de manutenção de uma casa antiga), avaliada com um sentimento de pertencimento (a uma família que tem de ser preservada, a uma casa, a uma cultura, a um extrato social).

Assim, embora todos que julgam os que vendem ou demolem casas antigas levantem uma 'falta de cultura' (sic) em possivelmente todas as entrevistas, por não ter apreço à memória e à história, todos,

inclusive os que se desfizeram de imóveis, são sensibilizados por este mesmo fator, apenas de formas distintas. Ocorre que a forma de analisar os mesmos critérios não é a mesma, pois tampouco é igual o núcleo de socialização familiar, o bairro em que se viveu, etc.. Ou seja, para alguns, não há um sentimento de coesão, de pertencimento que valorize esses bens, o que justifica haverem outros fatores mais importantes a serem preservados, resultando na venda ou derrubada dessas casas.

Em todas as entrevistas os interlocutores recordam-se de jardins, de quintais, varandas, das fachadas da vizinhança – todas as memórias embrenhadas com as experiências vividas naqueles ambientes, o que embasou a afirmação de que a arquitetura é culturalmente apreendida não pela técnica, mas pela ambientação de experiências culturais. Nas lembranças sobre essa arquitetura, os itens são revisitados, lembra-se da varanda em diversas memórias, das casas de tijolinho, ou dos degraus pra porta principal. Essa memória é presente nos dois grupos de entrevistados – os que permaneciam em algum imóvel preservado, bem como os residentes em imóveis novos.

Mas em maior número, os critérios de apreensão da arquitetura quando se passa para o período atual foram alterados, deixando de trazer à análise fatores subjetivos (cheiro, beleza, similaridade entre outras casas, costume), como são trazidos da memória das casas antes habitadas, passando a critérios mais funcionais (espaço, preço, comodidade, localização, investimento), em que a beleza fica a cargo da decoração mais do que do projeto ou da fachada.

O apelo à exclusividade, ao individualismo vem também tomando forma, mesmo em se tratando de uma cidade sem tanto apelo de construtoras em suas campanhas de imóveis. A individualidade, busca por mais espaço para vivenciação da intimidade por todos os habitantes da casa, já se considerando as crianças cada uma em seu cômodo, são fatores também que justificam a valorização da arquitetura atual, em que cômodos, mesmo quando menores, são individuais.

Como levanta Bourdieu (2006), os objetos são resultantes de uma história social, mas se tornam tão comuns, que passa despercebida a sua presença ou a forma que tomam. Mas, analisando sua história, percebe-se que a variação do cotidiano em que este objeto é contextualizado interfere em seu uso, e que sua presença estando mais perto do eixo dominado ou dominante, interfere em seu prestígio e legitimidade. Assim, as edificações, além de serem tocas construídas pelo homem para abrigá-lo, são resultantes de processos históricos e de

uma luta simbólica, luta que lhe confere significados para além da sua função de moradia, em função dos signos de que são guarnecidas. A região onde se situa o estilo, a idade do imóvel, os detalhes que carrega – detalhes que dentro de um sistema simbólico (Bourdieu, 2006) comunicam sentidos e estrutura a realidade aos que tem conhecimento destes códigos. Onde a edificação é situada, tamanho em relação às demais, idade do imóvel dentre outras características são signos que comunicam o nível da moradia, classe de seu morador, etc.

E dentro da luta de classes pelo domínio da legitimidade simbólica entre classes dominadas e dominantes (Bourdieu, 2006), a estrutura estruturante dada pela classe dominante e sua ideologia pode sofrer reestruturações à medida que os símbolos legítimos em seu poder, que os diferencia dos demais grupos, passam a transitar também dentro dos demais grupos, ou quando conhecimentos e símbolos que os diferenciavam das classes dominadas dentro deste embate simbólico tem seu sentido subvertido. Assim, o que era luxo pode passar a ser lixo, o sofisticado passa a ser *demodé*, e a tradição vira apenas velharia.

Mas na medida em que os bens e símbolos que distinguem as classes dominantes tornam-se acessíveis ou passam a ser assimilados, subvertidos ou rejeitados enquanto legítimos pelas classes dominadas simbolicamente entram em cena novos símbolos. Além desse embate simbólico pela cultura legítima, a dinamicidade dos tempos modernos e a impessoalidade das estruturas urbanas, burocráticas e produtivas mitigaram a estabilidade das instituições tradicionais e suas tradições (Hall (2003)). A identidade cultural e apreço ao tradicional passam a ser secundários frente à urgência em abarcar as informações e dinâmicas das diversas esferas em que se está inserido.

E ao mesmo tempo em que o município passa a ser mais dinâmico, os bens que comprovam a relação do indivíduo com o passado tornam-se menos importantes do que a sua trajetória e projeto pessoal e familiar. O sentimento de pertencimento a um grupo é ofuscado pela ideia de destacamento do grupo, seja no campo público pelo poder econômico, que infere também o poder de intervenção na estrutura social, ou no foro privado pela noção de exclusividade, que suscita acesso a algo ao alcance de poucos, traço que diferencia o grupo detentor do poder (Bourdieu, 2006).

E nesta modernidade impulsionada pela velocidade das mudanças e interferências globais, as casas tradicionais antes respeitosa e orgulhosamente mantidas por famílias deixam de ser interessantes,



à medida que se tem a possibilidade de acesso à dinâmica da modernidade, e o tradicional passa a carregar uma conotação negativa. Conotação negativa que pode ser dada pelo movimento herético dos grupos subjugados simbolicamente (Bourdieu, 2006), ou pela própria dinâmica que a cidade passa a ter, em que o novo é sinal de sucesso, enquanto o passado e o tradicional tomam tons de tacinha e atraso na região a partir do momento em que a cidade toma o ritmo de mudanças e interferências globais.

Neste processo dinâmico, se nem as famílias tradicionais preservaram suas 'casas tradicionais', porque famílias remediadas ficariam com suas casas 'velhas', podendo reformá-las ou vender as propriedades e ascender socialmente? Assim, de acordo com as entrevistas, este apeço ao dinamismo, além do teor pejorativo vinculado ao passado 'colono' e fechado, dentre outros fatores, convergiram para uma mudança de paradigma que mitigou o orgulho de pertencimento a um passado. Detentores de bens construídos 'antigamente', que passam a serem detentores de velharia quando o desejável é estar se atualizando na medida em que a cidade se atualiza.

Além desse discurso, em algumas entrevistas as casas antigas foram associadas à crise econômica da família ou, em um terceiro discurso, alguns desdenham a capacidade de trabalho e o mérito de viver bem daqueles que vivem sob o que teoricamente foi produzido apenas por seus pais e avós, o que não denotaria prestígio, apenas sorte ou incapacidade de produzir riqueza - raciocínio este sempre precedido e encerrado com diversas farpas contra os herdeiros de famílias abastadas.

Note-se que estas três formas de apreensão negativa ao convívio com casas antigas - desatualização, crise financeira ou incapacidade produtiva – foram impressões de entrevistados que não relataram terem histórico de edificações demolidas. Portanto, estas possíveis causas são primeiramente conjecturas sobre as demolições – em certos momentos conjecturas claramente embebidas em rancores ou cobiça, já em outros momentos, conjecturas distanciadas de quem tenta entender o que motivou tais demolições. Esta diferenciação entre diferentes posições ante o patrimônio material talvez possa auxiliar no diálogo entre os que se desfazem de bens com os que assistem a estas demolições, pois de certo modo esclarece suas posições e impressões ante a preservação destas edificações.

Já dentre os que eram proprietários ou herdeiros de casas antigas e se desfizeram, nos quatro casos citados pelos interlocutores,

percebe-se que critérios objetivos (potencial financeiro com a venda da casa, fim dos custos com sua manutenção, localização, espaço, etc.) têm prioridade a condicionantes afetivas ou subjetivas que pudessem convencer a preservar a casa, atualmente. A afetividade com a arquitetura e o passado nela vivido, nos casos em que a casa foi vendida ou demolida, fica apenas na memória quando há uma valorização das casas, de suas lembranças e do pertencimento que suscitava à família, ao bairro, etc. Nestes casos, as casas trazem saudades e boas lembranças, mas optou-se por vivê-las na memória, atendo-se a critérios objetivos acima citados para desfazer-se delas, mesmo porque, conforme já foi citado anteriormente, o fato de o entorno a casa e a dinâmica da família mudarem desestimula a manutenção de um imóvel que já não tem o mesmo sentido e contexto. Destes dois casos em que o imóvel foi vendido e demolido, os entrevistados não se ativeram ao que demais pessoas pensariam a respeito de suas decisões.

Quanto aos quatro entrevistados de três casas que preservaram suas residências, bem como, a entrevistada que comprou uma casa enxaimel desmontada para reconstruí-la, todos têm ciência de que aos olhos alheios de um número considerável de brusquenses eles estão parados no tempo, preservando velharias, teimosos à atualização que o tempo reclama. Mas argumentam que sabem melhor do que ninguém os custos da manutenção de uma casa antiga, bem como as restrições que estas impõem por sua idade, espaço e custos para melhorias (na maior parte das vezes, mais caro que para construção de um novo imóvel). Ocorre que, nestes casos, o que vem à frente são critérios subjetivos, tal como respeito ao membro da família que planejou ou ergueu a casa, orgulho da história que a casa carrega e relembra valorização do passado da cidade.

#### **Capítulo 4 Opiniões à parte: fatores relevantes às decisões de demolição ou preservação.**

Ouvindo tantas impressões pessoais, discursos inflamados e conjecturas sobre as demolições, sobre as famílias proprietárias de casas e sobre o desenvolvimento da cidade, a pesquisa em certos momentos parecia um apanhado de desabafos sobre situações mal resolvidas com conhecidos da cidade, familiares ou consigo próprio – tanto nas entrevistas com pessoas com histórico de demolições, quanto com os da

resistência. Ocorre que, resumindo este discurso a fatos, à parte a subjetividade inerente ao tema, alguns aspectos se desvelavam como chave à decisão de preservar ou não. Portanto, neste capítulo pretende-se pontuar alguns fatores que orientam as decisões e opiniões subjetivas que pairam entre o apreço ou demérito das edificações antigas da cidade.

#### **4.1 Capital cultural Versus Capital econômico**

Conforme foi confirmado em campo, a potencial rentabilidade na venda ou descaracterização de um imóvel é implacável contra o questionamento sobre qualquer outro valor que aquele mesmo imóvel possa carregar – qualquer potencial valorização cultural, arquitetônica, histórica ou de outra natureza é diminuída, quando não ignorada. As justificativas pessoais que se seguem – desavença com os irmãos na partilha, falta de estrutura emocional para permanecer no imóvel, péssimo estado de conservação, dentre outros, sempre precede um discurso de como a vida está melhor após a venda – imóvel novo, realização do sonho da viagem, etc., dinheiro pra pagar o casamento – e o motivo da vida mais doce é relacionado ao capital adquirido.

Vale lembrarmos que este trabalho não está suscitando a preservação indiscriminada, de qualquer edificação que possa ser considerada antiga. Pretende apenas levantar pontos para reflexão sobre os motivos porque mesmo havendo uma relevância crescente aos moradores o ato da preservação atualmente, poucas medidas foram tomadas por poucos moradores para efetivamente preservarem o que achavam importante até o momento.

Em Brusque, exceções foram os casos em que o benefício financeiro da venda pelo fim da manutenção e pelo valor do imóvel não mitigou a reflexão sobre fatores subjetivos envolvidos nesse ato, atestando que a análise cultural ou histórica quase que fatalmente sucumbe ante a cotação imobiliária.

Sobre esta reflexão de uma possível importância de imóveis antigos desfeitos pelas famílias de certos entrevistados, alguns chegaram a refletir durante a entrevista se as casas teriam algum valor. Em todas elas, o endosso à decisão tomada de se desfazer da casa foi por serem casas do tipo aqui considerado de operário, ‘não tinham nada de mais’. Por serem apenas ‘casas simples’ em suas opiniões, sem nenhum traço de beleza aos seus olhos, eram então desconsideradas por não terem uma

'arquitetura'. Contudo, estas três entrevistadas manifestavam pesar por as vizinhanças onde passaram a infância estarem descaracterizadas, pois não tem mais 'aquelas casas de antigamente'. Não se repreendem por suas decisões - ao contrário, justificam-nas. Mas relataram saudades do tempo em que Brusque tinha mais varandas, mais 'cara de vizinhança'. Esta arquitetura recorrente, embora seja marcante aos turistas na cidade é praticamente invisível aos habitantes, especialmente quando há justificativa da abundância.

Ao passo em que em todas as entrevistas, com maior ou menor recorrência ouviu-se que 'a cidade' não preserva, ou mesmo que "não tem cultura" (sic), ou que nunca teve o que preservar, por outro lado, os relatos e lembranças da cidade perpassam casos de edificações que foram demolidas com pesar por quem narra, mas sem grandes alardes ou engajamentos contra esta demolição. Este fato pode ser entendido como um sintoma que a preservação ainda não é tomada como uma medida que parte da iniciativa pessoal, e que a decisão de preservar é entendida como puramente pessoal, embora poucos sejam os que decidiram arcar com os custos e responsabilidades da preservação.

Nas reflexões acerca dos rumos que a cidade vem tomando 'de uns anos pra cá', reclames sobre a perda de identidade foram recorrentes, denotando a sensação de descentramento já relatado como sentimento recorrente dentre a população. Mas apenas três entrevistados, um homem e duas mulheres, levantaram a inércia ou descaso da população como o motivo da descaracterização da cidade que não lhes traz mais tantas referências do passado.

Do outro lado, os demais entrevistados cobravam medidas unicamente do poder público sobre preservação, culpavam as famílias de mais posses, disseram que 'as pessoas mesmo que estão mudando, não querem mais nada com nada' e por isso a cidade está ficando diferente. Mas não sentiam ter qualquer poder de interferência pessoal no ocorrido com edificações da família, ou do comércio familiar ou de seus próximos, por não acharem ser de 'sua conta' interferir na propriedade alheia – embora tenham opinião sobre a importância desta ou daquela casa.

Sobre um imóvel enquanto patrimônio, segundo Gonçalves (2005) é comum a noção de patrimônio, especialmente quando herdado ser confundida com o de propriedade. Assim patrimônio, termo tão amplamente usado no cotidiano, em diversos sentidos, costuma ser lembrado primeiramente enquanto capital financeiro, objetos com valor

(Gonçalves, 2005), ou mesmo artístico, estético. A indistinção que comumente pasteuriza a noção de patrimônio e propriedade ofusca a imaterialidade contida na noção de patrimônio quando este foi culturalmente erguido, vivenciado e suscita uma ressonância (Gonçalves, 2005) destes aspectos culturais e históricos aos locais. Neste caso, o que é de posse particular, antes de ser um patrimônio por seus aspectos imateriais contidos nas paredes do imóvel, é patrimônio por ter sido herdado ou adquirido, afluindo então a sua importância para o aspecto financeiro que uma propriedade abarca.

Assim, por mais que algum bem de certa família seja reconhecido como um referencial por outros moradores, estes não vêm a sua consideração como importante para a decisão sobre o destino do imóvel, por entenderem este apenas como um patrimônio particular – novamente imbricando patrimônio com a noção de propriedade, conforme Gonçalves (2005). Esperam, como foi dito, que o poder público intervenha caso a família não comungue sobre a importância cultural daquele bem.

E enquanto estes que prezam por certas edificações antigas e anseiam que este apreço esteja em sintonia com a valoração dada às edificações por seus proprietários ou pelo poder público, para que tome alguma medida de preservação, casas continuam sendo vendidas ou demolidas para a perpetuação – quando não sobrevivência – do capital econômico.

Em Brusque, a máxima “Pais ricos, filhos nobres, netos pobres” é constantemente suscitada nas conversas sobre as famílias tradicionais ou suas posses. À boca miúda, difícil é não ouvir um comentário 'de conhecido de conhecido que disse', ou mesmo confirmado por pessoas que trabalham para estas famílias que certa pessoa rica 'vai pro escritório só pra tomar cafezinho', ou vai dizendo que vai trabalhar, mas 'só dá é trabalho pros outros'. Ouve-se também sobre casamentos por amor com bons partidos, e herdeiros 'encostados no nome' em algum cargo administrativo e que nem 'bate cartão'. E em nação em que todo mundo é técnico de futebol amador, em Brusque boa parte da população tem tino para a administração dos negócios alheios e sabe qual foi o erro das famílias. 'Falta de trabalho', 'Nunca tiveram que acordar cedo pra ter tudo do bom e do melhor'...

Citando Bourdieu (2006) novamente, como forma de resistência à dominação simbólica de uma classe sobre as demais, certos signos podem vir a ser subvertidos quando não são apropriados. Assim, para

alguns entrevistados, qualquer decisão tomada por membros de certas famílias é uma opinião reprovável. Os que mantêm o patrimônio podem vir a serem chamados de incapazes de construir patrimônios por si próprios; os que vendem geram os mesmos comentários, enquanto que os herdeiros que renovam as edificações demonstram 'falta de cultura' e consideração à memória da família e da cidade.

Em se tratando de uma cidade com economia baseada na indústria e venda em atacado, o grande fluxo de dinheiro acende também o mercado imobiliário. Hoje, terrenos na região central da cidade, com espaço para a casa, quintal e jardim, podem ser vendidos por seus herdeiros com lucro na casa dos milhões de reais ainda em 2010. Poucos então não se rendem à tentação de vender tais residências (o que evita inclusive a famosa briga sobre qual dos filhos fica com a casa) para ascender de padrão de vida ou manter o padrão em que nasceu.

Nesta situação, em conversa com um funcionário da prefeitura a par do planejamento urbano local, foi confidenciado que, atualmente, uma casa situada em região central e com terreno que ultrapassa os mil metros quadrados está sendo visada para ser posta abaixo e assim criar novo prédio na região. Por mais apreço que o atual proprietário tenha por aquela edificação e história do habitante conhecido que residiu nela, o custo que teria com uma reforma para fazer renda com o aluguel é bem menos atrativa que a última oferta, de cinco milhões, para passar a escritura do terreno, e fatalmente ver a casa demolida.

Diante dessa disparidade entre duas realidades separadas por uma escolha – vender ou arcar com o transtorno e custo da manutenção da história local, sem incentivos ou apoio – soa romântica ou ingênua a escolha tomada por alguns poucos que resistem a esse mercado aquecido...

O *frisson* imobiliário, a ideia de que casas de operários comuns à região são apenas casas velhas (o que ainda se pensa); a dinâmica da economia reaquecida, e o fato de algumas famílias se desfazendo de seus bens para manter o mesmo padrão de vida ou projetarem seu poder econômico; o falecimento de seus habitantes e o custo para a manutenção de uma casa antiga... Da paisagem arquitetônica local, o que resta é o resto, praticamente. Poucas são as casas edificações citadas pelos brusquenses entrevistados que permanecem em pé.

## 4.2 Entre demolições e lembranças

Do que foi demolido, muito foi citada a antiga praça da cidade, Barão Von Schneckburg. Citada também a antiga igreja Matriz Católica, em que a derrubada para aumentar a instalação foi encarada como tirania do então padre responsável e de um membro de família da indústria têxtil, que teria financiado a obra como ato 'pra se aparecer'. Citado o cinema Gracher, por ser o mais antigo do estado e por seu ambiente interno, até hoje lembrado pela acústica. De demolições recentes, houve quem se lembrasse da casa na Rua Lauro Muller, em frente ao portão de acesso à fábrica Schloesser, casa apreciada por sua varanda arredondada que fazia a frente da casa 'dava vontade de morar numa casa daquelas', foi ouvido de um dos indignados. À Casa Krieger de alfaiataria foi unânime o lamento, bem como à casa da família Renaux situada na esquina da Rua João Bauer com a Avenida Otto Renaux.

Pelo espanto com a derrubada de algumas casas, alguns moradores mostram apreensão sobre qual será a próxima casa a ser posta abaixo, e foram citadas com um tom de 'é só o que falta agora'. Dentre as casas citadas com estima e que causam certa preocupação sobre a possibilidade de serem demolidas, citou-se com grande recorrência a Vila Quissisana (residência conhecida na cidade por sua arquitetura peculiar), a própria maternidade que atualmente é a sede da Fundação Cultural de Brusque; a casa de antiga pensão e secos e molhados do bairro Dom Joaquim, em frente à igreja do bairro (diversos foram os nomes dados ao edifício), bem como as casas remanescentes da Rua das Carreiras, via tradicional por ser acesso a Guabiruba, cidade vizinha.

Assim, retoma-se o discurso do pessimismo sentimental (Sahlins, 1997a) a partir de uma reflexão sobre as ruas e memórias da cidade, em que se tem certeza que de Brusque 'de verdade', pouco resta, de que ninguém dá valor à cultura, ou, como foi dito por um entrevistado, 'daqui há pouco tem brusquense nascendo aqui sem saber o quê que é e o que foi Brusque'.

Esta sensação desvanecimento da cultura e identidade local não é exclusiva do município de Brusque. Nora (2009) levanta que nos últimos 25 anos todos os países, grupos e culturas vêm se reapropriando de traços do passado, como uma forma de autoconhecimento e de ponto de referência ante a velocidade das mudanças encarada hoje. Esta

necessidade de se lembrar traços do seu passado desaparecido é uma tendência mundial, e, como alerta o autor, o risco é de se fazer do direito à memória uma tirania desta ante os acontecimentos históricos, supervalorizando as subjetividades e suas consequentes mágoas, anacronismos, moralismos e preconceitos.

Ante este alerta, como se levantou neste trabalho, certamente a memória e a subjetividade dos entrevistados interfere na sua justificativa pessoal ante decisões tomadas, mas condena os demais que não se importaram com o rumo de marcos da cidade ou dos imóveis de que se desfizeram – e certamente esta inexorável indignação seja mais severa com os ricos e descendentes de famílias tradicionais da região. Este trabalho não tenta omitir essa possível ressignificação e idealização do passado. Mas, independente desta possível reorganização de fatos, opiniões e contextos, crê-se importante o resultado deste fenômeno, qual seja, um pessimismo ante os rumos de uma cultura a qual nem todos sempre se sentiram fazendo parte, mas que agora passam a delinear-la, e que, aparte as diferenças internas sobre classe, família, etc., há uma delimitação por diferença aos externos que migram para a região sobre quem são os que se auto afirmam brusquenses pelo seu passado em Brusque, e quais fatores desta comunidade devem ser preservados e levantados como 'típicos'.

Assim, as edificações, enquanto bem materializado deste passado, desta cultura e que contextualizou a experiência na cidade, carregam alguns destes signos e épocas que confirmam este pertencimento. Alguns para repaginarem sua trajetória e seu passado, outros para lembrarem - as edificações ficam no meio de um embate não mais simbólico, mas concreto, que relações de família, dinheiro, crescimento da cidade. Estas questões pessoais, soberanas ante qualquer opinião pública em se tratando de bens privados, vertem a ser uma decisão de aceleração do processo de descaracterização da cidade e de marcos identitários, ou passa a ser uma afirmação de identidade, quando esta preservação não é feita de forma inerte à situação atual de a casa já estar construída, mas sim, pelo apego ao que aquela edificação representa.



### 4.3 Valorização do patrimônio e o poder público municipal

Outro critério pertinente à preservação é o poder público. Justifica-se a demolição porque é um direito do proprietário e não há lei que impeça. Ocorre que lei há, mas não há fiscalização e estudo prévio que viabilizem o cumprimento dessas leis (o resumo destas segue em anexo). E quanto à mobilização para a preservação, conforme já foram citados, apenas três entrevistados atribuíram parte da responsabilidade às repaginações da cidade à falta de reflexão e mobilização dos moradores sobre qual cidade querem. Dos demais entrevistados quando perguntados, mesmo que lamentando, diziam ser dever da prefeitura ‘fazer alguma coisa’ e ‘dizer que aquela casa’ que ele acha importante deve ser preservada.

Apenas como exemplo sobre os temas relevantes à cidade, há anos a cidade já contava com paisagista para cuidar de seus jardins – fato hora ou outra lembrada em conversa informal, sobre os canteiros da cidade quando estão bonitos ou descuidados. A cidade também já dispunha de turismólogos, numa secretaria de turismo que prepara a cidade e o que esta tem de diferenciado para ser visitado pelos turistas. Mas uma estrutura para refletir e tomar medidas quanto ao patrimônio arquitetônico foi homologado apenas em 2010, após anos de paulatinas demolições sem grandes alardes. Neste caso, mesmo esquecendo-nos do fator “patrimônio cultural material” que pode estar presente nestas edificações, a arquitetura foi também ignorada enquanto um diferencial turístico e paisagístico, permanecendo apenas o seu caráter de propriedade privada na análise sobre sua venda, derrubada ou conservação.

Neste contexto, com a prevalência do material ante o imaterial, e do econômico e estético ante o cultural, edificações antigas são facilmente derrubadas ou descaracterizadas para darem lugar a uma fachada mais atual, ou a uma edificação nova, seja pelo novo proprietário, ou pelo herdeiro. E a escolha de se demolir ou descaracterizar imóveis antigos seria um direito que lhes assiste, não fosse o fato de esse bem para ser demolido ter de passar pela autorização da prefeitura, que, como já foi dito, possui legislação que toca o tema, desde sua lei orgânica até outras leis se referindo aos temas catalogação, preservação, tombamento, patrimônio, e licenciamento de demolições. O resumo destas leis estão no anexo deste trabalho, de forma reduzida aos parágrafos inerentes aos temas preservação, patrimônio, patrimônio

cultural, tombamento, demolição e paisagem.

Quanto ao licenciamento para demolição, conforme Lei Complementar nº77 de 10/03/2000, qualquer construção superior a 2 metros de altura só poderia ser demolida com a autorização da prefeitura. Prefeitura esta que, de acordo com a Lei 1971 de 1994 o tem o papel de efetuar a catalogação do que deveria ser preservado total ou parcialmente por interesse e importância arquitetônica, histórica, cultural ou de qualquer outra razão que cause comoção à sociedade.

Ao passo em que tais medidas não foram tomadas, é importante citarmos o que levanta Gonçalves (2005) sobre ações do poder público quanto à construção de uma memória e identidade através de símbolos e bens. No processo de formulação de identificação de bens e manifestações enquanto patrimônio, instituições tais como Estado, Prefeituras, ou mesmo Exército podem adotar bens enquanto patrimônio da população a qual representam, mas, isso não parte desta população, por isso não necessariamente é um bem também encarado como patrimônio pela população.

Exemplo concreto deste fato em Brusque são as edificações em enxaimel. Quase não há mais edificações remanescentes neste método construtivo pela cidade, tampouco houve qualquer medida da prefeitura para mantê-las. Mas em gestões anteriores, centros de evento, desportivos, o Fórum e a própria prefeitura e o portal de um zoológico foram construídos no que se pode classificar como um arremedo 'em homenagem' às edificações erguidas pelos colonizadores.

As casas que estes construíram em enxaimel eram calculadas, planejadas e tinham as traves encaixadas em triangulações que anulavam possíveis vigas frágeis ou tensões que pudesse ruir a parede, dissipando o risco de tensão em excesso ou o inverso (Weimer, 2005). Já a “homenagem” talvez ofendesse a engenhosidade dos pioneiros da região, pois a solução foi construir com material atual (concreto armado, tijolo e cimento) e a “estruturação” das paredes fica por conta de ripas e tábuas pregadas nas paredes, imitando o efeito plástico que o enxaimel proporciona.

Esse exemplo de um patrimônio 'enalticido' pela administração pública, para muitos na cidade soa ridículo. Alguns destes reprovam nem tendo conhecimentos sobre o que vem a ser a engenhosidade do enxaimel. Portanto, o subterfúgio do enxaimel, antes de ser uma 'justa homenagem' ou um reclame popular por valorização de seus saberes. Neste caso do enxaimel, assim como outros saberes germânicos, teve

uma parcela do esquecimento devido ao Estado novo (Weimer, 2005). Mas a tentativa de implementar uma decisão política sem respaldo popular, sem ressonância (Gonçalves, 2005) ou reavivar o orgulho do passado, pode ser questionado. E, neste caso, pode questionar se, ante os bens que foram construídos, se o interesse seria de identificação com aquela estética, ou antes, seria a intenção que estes 'patrimônios' fossem assim encarados pelos turistas e atacadistas que começavam a transitar pela cidade?

Verifica-se, portanto uma incongruência no papel público ante a preservação da memória e patrimônio municipal. Ao passo em que manifestações são elevadas e divulgadas ao turismo, bens integrantes e testemunhas da história, do cotidiano e dos saberes da região são demolidos sem um questionamento sobre a sua possível relevância, fosse à população, fosse mesmo ao turismo.

A sensibilização – ou a não sensibilização – que um bem com valor histórico provoca, pode ser vista como um dos fatores que traduz a opinião e postura da população quanto ao seu passado. E enquanto a população não valorizava este seu passado, tampouco as edificações eram consideradas. Hoje, a cobrança sobre as obrigações da prefeitura quanto a cumprir a vontade popular de preservação de um patrimônio que passa a ser considerado importante, denota que seu passado, por algum motivo, passa também a ser mais importante do que era considerado anteriormente.

#### **4.4 Nós/Os outros**

Quanto a esta ressignificação do passado que resulta na crescente valorização de seu patrimônio, é crucial o relato sobre a migração de trabalhadores para mão de obra em Brusque, na ressignificação da identidade dos brusquenses em relação ao 'outros'.

O pessimismo sentimental (Sahlins, 1997a) na região, oriundo da diversificação da população e da paisagem local, passou a ser construtiva de uma identidade atualizada, ressignificando fatos. Deixa-se de lado o 'ranço', a 'coisa de colono', e passa-se a encarar o passado como bem comum, em cores amareladas e saudosas daquele tempo. E a arquitetura nessa dinâmica, embora não sempre conscientemente, mas enquanto marco desse passado suscita a reflexão sobre o passado e os rumos da cidade - quando não pela memória ou pela presença, pela sua

ausência.

A cidade não foi parada no caminho das tropas gaúchas, mas hoje se utiliza de CTGs e rodeios para criar núcleos de pertencimento e interação. E que em tempos de crise nas instituições religiosas, as festas das igrejas são ponto pra tomar quentão e comprar em camelô badulaques. E com saudade de seu passado, se empenha em festas 'germânicas' para turistas, raramente frequentadas por famílias, que já não tem nesses espaços a pretensão de reviver costumes dos antepassados, como o eram as ditas festas germânicas há décadas atrás na cidade. Hoje são festas de se fantasiar de 'alemãozinho', beber e ver shows. Segundo uma entrevistada entusiasta da criação da Festa Nacional do Marreco (Fenarreco), 'dá nojo' ver o que virou a oportunidade da festa, bem longe da intenção inicial de reunir a comunidade, celebrar hábitos celebrados pelos pais e avôs (tiro, canto, entrosamento com a comunidade).

O processo de reinvenção dos hábitos é natural; hábitos são ressignificados, caem em desuso, são reassumidos. Mas em Brusque, este processo de desuso de hábitos, antes delatores de uma 'colonice', diante da dinamicidade dos tempos atuais, aliado à consequente descaracterização da cidade pela negação a certos traços do passado e em prol do novo, aliado à migração de novos moradores em busca de trabalho e de suas culturas e hábitos, ressignificou o que antes, mesmo na forma de estranhamento estava presente, hoje causa estranheza pela sua ausência – elementos 'de Brusque'.

A vinda 'do outro' à cidade incluindo novos hábitos, signos e até fisionomia, de acordo com os brusquenses, salientou o sentimento de perda do antigo município dando novos matizes àquela cidade, antes naturalizada e em certos aspectos reprovada.

E dentro desta cidade cada vez mais heterogênea, em momentos em que se buscam referências ao passado vivido e ao núcleo onde se viveu, tem-se um sentimento de distanciamento em relação a referências a uma pretensa cultura original e legítima da cidade por parte dos moradores mais antigos. Este sentido de original e legítimo que remeta àquela pretensa comunidade tradicional e fundamental, qual seja, a daqueles descendentes e viventes das tradições europeias vindas para a região, e que em sua arquitetura, agora se vê que se tinha Brusque.

#### 4.5 A dinamização da cidade na valorização do tradicional

O que é visível na região para os brusquenses é que sua cultura 'original', em que eles consideram ter nascido e se criado, e que almejam 'manter' está se perdendo.

É marcante que neste mesmo lamento se idealiza e se emoldura o que viria a ser Brusque e o ser brusquense. Brusque para os entrevistados é cidade de trabalho e gente trabalhadora, mas, hoje em dia 'ninguém mais quer saber de trabalhar, só quer moleza', disse uma entrevistada ao soltar a xícara de café. 'Brusque antigamente era cidade de gente caprichosa hoje em dia tá tudo largado'. Brusque era uma cidade de pessoas conhecidas, hoje ninguém mais se conhece; e está tudo mudado; e pra crescer não precisa renegar o passado; antigamente se dava valor às coisas; hoje só se dá importância ao que vem de fora...

Obviamente este lamento não aparece tão nitidamente, o bom tom da gente ponderada logo refreia esse ímpeto, na maioria das entrevistas. Mas, passando-se às divagações, hora ou outra vem à tona tais constatações. Mesmo que se tenha falado da 'colonice' de antigamente, em que alguns tinham o costume de claramente se importar com o sobrenome, ou com a origem dos outros, em outro ponto da conversa se conjectura em tom de lamento que hoje em dia Brusque é feita em sua maioria por gente de fora, e que ninguém dá valor aos costumes de antigamente – isso dito pela mesma pessoa que reclamou da cabeça fechada 'dos mais antigos'.

Assim, ao passo em que são relatados choques entre gerações, rechaço a alguns hábitos de gerações anteriores, nota-se uma ressignificação e reprodução de certos hábitos e valores repassados pelas gerações anteriores. E as lembranças perpassam a memória sendo ambientadas por lugares, que em parte não existem mais. A cidade tem um dinamismo que não é o mesmo de tempos atrás. A vizinhança não é a mesma de tempos atrás.

Ironicamente, esta cidade sendo fruto da modernidade, sendo feita por estrangeiros, fundada pela transgressão de fronteiras culturais e políticas graças à mundialização da economia e dos sistemas de transporte, percebe nesta nova leva de mudanças em sua economia e na leva de novos migrantes uma descaracterização de sua população "nativa", agravando cronicamente sua percepção de pertencimento pela descaracterização arquitetônica e de sua paisagem.

E, em uma segunda ironia, foi através do estranhamento do

“outro” que a população hoje se toma como um grupo, e valoriza seu passado, não mais como germânico, italiano ou de qualquer ancestralidade diretamente, mas como “brusquenses”, descendentes de colonos; não mais com vergonha, mas com muito orgulho, que falam um português cantado, chiado e errado às vezes...

Mas agora, certos imóveis que ambientaram este passado que aos poucos é valorizado, não estão mais em pé.

### **Considerações Finais: É perdendo que se preserva**

Os reclames sobre uma cidade estagnada, de mesmice e bitolada em um arremedo de germanidade e ensimesmada, tiveram no aquecimento de sua economia o crescimento, a repaginação, com diversos benefícios, mas, além da violência, do anonimato, trouxe a perda de referenciais a muitos que talvez nem soubessem ou valorassem este patrimônio.

Assim, a negatividade sobre o passado ‘bitolado’ retrógrado e opressivo passa a ser visto com carinho, como um passado de gente com valores, com história pra contar e merecedor dessa história. Não mais uma cidade de teuto-brasileiros, mas a cidade dos brusquenses, que não se reconhecem mais. Então, o que foi narrado por Giralda Seyferth como uma cidade que em meados de 1970 se empenhava em manter viva sua percepção de uma cidade de origem teuto-brasileira, que sofreu com a repressão aos costumes elevados (regionalizados também) e cultivados de seus ancestrais, hoje, antes de alemã, italiana ou qualquer outra origem fundamental, cada vez mais tenta se ver simplesmente como brusquense.

O crescimento da cidade gera na população sentimento conflitante de perda e ganho. Perda de parte de sua história, de algo que lhe era próximo e familiar; ganho de novidades e dinamicidade. Opostos que não são percebidos em equilíbrio quando se pesa os ganhos do progresso em contrapeso à identidade e memória coletiva. Cada dia mais opiniões questionam a necessidade de reinventar Brusque para comportar o progresso. Fica assim a desfiguração como um mal necessário, mas já se começa a pensar até que ponto necessário e incontornável.

E de um processo supostamente negativo, que vem a ser o sentimento de descaracterização, é que se tem a eleição sobre o que vem

a ser o brusquense, o que vem a ser Brusque. Esquecem-se então rinhas, rusgas, e discordâncias e parte-se aos expletivos que reforçam aos seus habitantes o seu pertencimento.

A paisagem tem a chance de ser relativizada como natural, passando então a ser um bem finito e valioso. A arquitetura, não só como o nicho onde se ambientam as experiências sociais e culturais, o que por si já vem a criar uma afeição àquelas edificações, mas também pelo seu potencial expletivo desta cultura à medida que reforça o que viria a ser Brusque, passa a ser valorizada cada dia mais, por aqueles que justamente sentem falta dela e de outros referenciais.

O que foi verificado pelas entrevistas, em suma, é que a valoração não é dada às manifestações culturais tangíveis, ainda presentes e conscientes no cotidiano dos locais – tampouco são deliberadamente refutadas todas as manifestações, saberes e patrimônios culturais. Mas, a valoração do que se tem, dá-se naquele campo pelo sentimento de perda pelo que já não se tem mais.

A perda de certos valores gera diversos lamentos inflamados sobre os rumos de Brusque e até da humanidade. O desuso pela cidade do alemão gera arrependimentos sobre o porquê se ria dos avôs e pai sobre aquela língua feia e seus sotaques. O lamento sobre 'aquela casa' que foi demolida desperta para as casas que ainda estão de pé...

Assim, a valoração do patrimônio e sentimento de urgência na preservação, neste campo acusa exatamente do que restou. Pois em todas as entrevistas, o sentimento de que 'não sobra mais nada de importante' foi latente. A preservação, a postura de opinar sobre o fato de preservar ou não um imóvel sem mais receio de estar 'se metendo' em assunto dos outros, são resultantes de uma impressão de se estar catando os cacos do que restou de um passado vivido e agora idealizado na memória.

Com estes elementos valorizados remanescentes, o colecionamento de elementos que simbolizam, registram e comunicam sobre uma cultura (Gonçalves, 2009), características que definem patrimônio, não seriam mais escolhas sobre o que se cria importante, mas escolhas sobre o que permanece daquele tempo que se crê importante.

As edificações remanescentes em realidade não são os objetos escolhidos (Silveira, 2005) como representantes daquela cultura, patrimônio por si mesmo, mas cacos daquele passado que o apreço à memória sente necessidade de preservar, e estes cacos são envoltos em

um manto de ser 'o que resta' do que realmente importava. Quando se fala em edificações, a memória acessa poucas edificações ainda preservadas - a casa Renaux, Quissisana, alguns mencionam a casa João Bauer e as poucas lojas preservadas da Avenida Felipe Schmidt.

Mas estas casas são o que resta do que não deveria ter sido destruído. E este sentimento em alguns relatos confere uma conotação museológica (Silveira, 2005) às edificações que, por serem o que resta, são o que pode ser preservado, de forma desconexa da sua função cotidiana de residências ou comércio, mas apenas como alegorias de um passado idealizado e que não existe mais.

Assim como a Nova Ita (Reis, Catullo e Castells, 2005) perdeu elementos culturais irrecuperáveis, e foi perdendo sua paisagem que reconstruiu sua identidade no presente, Brusque mesmo sem ter sido inundada passa a estimar o que antes era quase despercebido quando não rejeitado, a fim de ter algo que comunique de seu passado.

Mas, paradoxalmente, os elementos até então invisíveis passam a ser visíveis cada vez mais à medida que vão desaparecendo. Na iminência da perda é que certas manifestações são assumidas, repensadas ou mesmo defendidas.

E dentro deste movimento, a arquitetura, sendo uma manifestação técnica culturalmente contextualizada, seja para transgressão ou preservação, tem sua importância na possibilidade de fisicamente obliterar marcos do passado da cidade ou preservá-los, dando a chance aos seus novos habitantes de vivenciarem marcos escolhidos (Silveira, 2005) que lhe possam comunicar um passado dando a chance de ressignificação ante os novos contextos e demandas em que a cidade se insere.

E pela perda de tantos outros referenciais de pertencimento, o que os cacos remanescentes do processo histórico deixaram como reflexão a todos os entrevistados é que, goste-se ou não do passado de Brusque, da sua paisagem ou de seu patrimônio: aquela nunca vai deixar de ser Brusque enquanto pessoas sentirem que práticas, uma história comum ou uma paisagem familiar lhes transmita um sentimento de pertença a algo – seja algo que vive e é preservado ou uma parte tombada no passado.

Resta saber que Brusque os agentes envolvidos com o município – brusquenses, prefeitura, novos brusquenses migrantes – querem: uma Brusque de passado totalmente demolida em suas paisagens e memórias, que vitimize e inflame o apego de parte crescente



dessa população a este passado contra o progresso; ou uma Brusque atualizada em sua estrutura e conceitos de cultura, urbanismo, planejamento e mesmo patrimônio. Não mais conceitos alegóricos e refêns de modismos, mas conceitos refletidos pela comunidade para a comunidade, e que assim dialoguem com as diversas demandas da cidade - por progresso, cultura e memória.

## **Bibliografia**

ARANTES, Antonio Augusto. “Cultura, cidadania y patrimonio en América Latina”. In: Lacarrieu, Mónica e Álvarez, Marcelo (Org.). **La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos**. Buenos Aires: Ed.Ciccus/Ed. La Crujía, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas - Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

REIS, Maria José; CATULLO, Maria Rosa e CASTELLS, Alícia N. G. “Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades relocizadas”. **Cuad. antropol. soc.**[online]. 2005, n.21, pp. 71-89.

COELHO NETTO, L. Teixeira. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ECO, Humberto. **A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo: USP/FFLCH, 1990, n13. 155-161, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOLDMAN, Márcio. **Como se faz um grande divisor?**. In Goldman, M. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará1999.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. **O Patrimônio como Categoria de Pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mauro (orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”. **Horizontes Antropológicos**. Ano II, Nº 23, Porto Alegre, PPGAS – UFRGS, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. In: MUSAS. *Revista Brasileira de Museologia*, n.4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

QUIVY, Raymond. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SAHLINS, Marshall. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)**. *Mana*, Abr 1997, vol.3, no. 1, p.41-73.

SAHLINS, Marshall. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II)**. *Mana*, Out 1997, vol.3, no. 2, p.103-150.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: FCC, 1981.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da, LIMA Filho, Manuel Ferreira. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a "a alma nas coisas" e a coisificação do objeto**. Horizontes Antropológicos, Ano II, Nº 23, Porto Alegre, PPGAS – UFRGS, 2005.

VELHO, Gilberto. **Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O Nativo Relativo**. In: Mana [online]. Abril 2002, vol. 8, nº1, p.113-148. [consulta em 10/12/2009] Disp. na World Wide Web: <http://www.scielo.br>

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Foto aérea de Brusque

<http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramio.com/photos/original/5956495.jpg> - Em 25/12/2010.

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>  
em 09/05/2011

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>  
em 09/05/2011

[www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/4531/leis-de-brusque.html](http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/4531/leis-de-brusque.html) em 25/05/2010

**Anexos: Resumo das leis que tratam de patrimônio Material, Preservação e Patrimônio Material em Brusque.**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE**

**Capítulo II Da Competência do Município**

Art. 12 - Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população e privativamente, dentre outras atribuições:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

**Capítulo I Disposições Gerais**

Art. 163 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, adotando políticas que preservem a cultura local, bem como o meio ambiente e o patrimônio paisagístico e histórico.

**Capítulo II Do Planejamento, da Cooperação e da Participação e Fiscalização Popular no Município**

**Seção I Do Planejamento Municipal**

Art. 165 - O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem estar da população, a melhoria da qualidade de vida e da prestação de serviços municipais.

Parágrafo único - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena do seu potencial e a redução das desigualdades sociais, no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local preservado seu patrimônio ambiental, natural e construído, tudo isto voltado para a realização plena do homem.

**LEI Nº 900/1980 de 22/08/1980 (Revogado pela Lei nº 1.606/1990)  
DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL,  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE  
BRUSQUE.**

Art. 1º - Constitui o patrimônio natural, histórico e artístico cultural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território, quer por sua vinculação a fatos passados memoráveis, quer por seu valor arqueológico, ou etnográfico, bibliográfico, ou natural formados ao correr dos anos pela ação da natureza e que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora, decorrente da atividade do homem e do passar do tempo.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo passarão a integrar o patrimônio natural, histórico e artístico cultural, após sua inscrição separada ou agrupadamente, no livro do tombo [livro não conhecido pelas pessoas entrevistadas]

Art. 3º - Excluem-se do patrimônio natural, histórico e artístico cultural, as obras e bens de origem estrangeira que:

Art. 8º - Proceder-se-á também ao tombamento dos bens mencionados no artigo 1º, sempre que o proprietário o requerer e, a juízo do competente órgão consultivo, os mesmos se revestirem dos requisitos necessários para integrar o patrimônio natural, histórico e artístico cultural do Município.

**LEI Nº 1606/1990 de 16/10/1990**

**REVOGA DISPOSITIVO LEGAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O presidente da Câmara Municipal de Brusque, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Ivo Mário Visconti, presidente, nos termos do § 8º do art. 56 da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Em decorrência do parágrafo 1º, do artigo 117 da Lei Orgânica Municipal, Fica revogada a lei nº 900/80, de 22 de Agosto de 1980. [ver o que fala a lei]

Art. 2º Ficam considerados nulos, a contar da promulgação da Lei Orgânica Municipal, todos os atos de decorrentes da lei acima revogada.

**LEI Nº 1971/94****DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO E ARTÍSTICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.**

Art. 1º - Constituem o Patrimônio Natural, Histórico e Artístico Cultural do Município de Brusque, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território, quer por vinculação a fatos passados memoráveis, quer por seu valor arqueológico, ou etnográfico, bibliográfico, ou natural formados ao correr dos anos pela ação da natureza, e que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora, decorrente da atividade do homem e do passar do tempo.

**CAPÍTULO II DO TOMBAMENTO**

Art. 4º - Compete à Prefeitura Municipal, proceder ao tombamento dos bens a que se refere o art. 1º, mediante sua inscrição no respectivo Livro de Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á também o tombamento dos bens mencionados no Art. 1º, sempre que o proprietário o requerer e, a juízo do competente órgão consultivo, os mesmos se revestirem dos requisitos necessários para integrar o Patrimônio Natural, Histórico e Artístico Cultural do Município.

Art. 9º - No prazo do Art. 7º, inciso V, o proprietário, possuidor ou detentor do bem, poderá opor-se ao tombamento definitivo através de impugnação por petição que será autuada em apenso ao processo principal.

Art. 11 - Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - Intempestiva;

II - não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso III, o artigo anterior;

III - houver manifesta a ilegalidade do impugnante ou carência de interesse processual.

Art. 18 - Os bens tombados ficam sujeitos à proteção e vigilância permanente do órgão competente, que poderá inspecioná-los sempre que julgado necessário, não podendo os proprietários ou responsáveis obstar por qualquer modo de inspeção, sob pena de multa.

Art. 22 - Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o

fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do Poder Público.

Art. 23 - Cancelar-se-á o tombamento:

I - por interesse público;

II - a pedido do proprietário e comprovado o desinteresse público na conservação do bem;

III - por decisão da Prefeitura Municipal, homologando resolução proposta pelo órgão consultivo.

[não diferencia tipos de tombamentos, se a preservação tem de ser integral, só da fachada, etc]

**LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2000 de 10/03/2000**  
**INSTITUI O CÓDIGO DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO**  
**MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**  
**CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

Art. 52 - Para preservar a memória e a identidade cultural do Município de Brusque, deverá ser estimulada a preservação das edificações a serem definidas pelo Conselho de Patrimônio Histórico, que poderão ser conservadas total ou parcialmente, conforme a categoria de preservação, a saber:

I - P1: Edificações de excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, com peculiaridades únicas, que deveriam ser totalmente conservadas ou restauradas no estado original, tanto externa quanto internamente;

II - P2: Edificações de grande valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para a manutenção da paisagem, que deveriam ser conservadas ou restauradas, podendo haver remanejamento interno desde que sua volumetria, aberturas originais, telhado e acabamentos externos não sejam afetados;

III - P3: Edificações de significativo valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para manutenção da memória cultural e paisagística do Município, podendo sofrer intervenções de reciclagem que caracterizem a intervenção como contemporânea.

§ 1º - O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma política de incentivos fiscais à preservação do patrimônio histórico.

§ 2º - O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma



política de transferência do potencial construtivo com vista à preservação do patrimônio histórico.

#### **LEI COMPLEMENTAR nº77 de 10/03/2000**

#### **SEÇÃO IV LICENCIAMENTO DE DEMOLIÇÕES**

Art. 29 - A demolição de qualquer construção ou parte dela, muros de divisa com altura superior a 2,00 m (dois metros) somente poderá ser executada mediante licenciamento da Municipalidade.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2000**

#### **INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 35 - Não será permitida a colocação de qualquer forma de propaganda que:

III - De alguma forma prejudique os aspectos paisagísticos, o meio-ambiente ou o patrimônio histórico-cultural;

#### **LEI Nº 2580/2002**

#### **CRIA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Fica instituída, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e disciplinar, vinculada à Secretaria da Juventude, Cultura e Esporte, a Fundação Cultural de Brusque - FCB.

Art. 2º - A Fundação Cultural de Brusque tem por objetivos:

I - incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística no Município;

II - conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de Brusque;

VI - instituir e administrar o tombamento arquitetônico, artístico, histórico e paisagístico no Município;

VIII - promover, apoiar e patrocinar estudo e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do município;

**LEI COMPLEMENTAR Nº 91/2001 (Vide Lei Complementar nº 115/2005)**

**INSTITUI O CÓDIGO DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 71. Para preservar a memória e a identidade cultural do Município de Brusque serão definidas pelo Conselho de Patrimônio Histórico as edificações que poderão ser conservadas total ou parcialmente, conforme a categoria de preservação, a saber:

I - Edificações de excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, com peculiaridades únicas, que deveriam ser totalmente conservadas ou restauradas no estado original, tanto externa quanto internamente;

II - Edificações de grande valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para a manutenção da paisagem, que deveriam ser conservadas ou restauradas, podendo haver remanejamento interno desde que sua volumetria, aberturas originais, telhado e acabamentos externos não sejam afetados;

III - Edificações de significativo valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para manutenção da memória cultural e paisagística do Município, podendo sofrer intervenções de reciclagem que caracterizem a intervenção como contemporânea.

§ 1º O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma política de incentivos fiscais à preservação do patrimônio histórico.

§ 2º O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma política de transferência do potencial construtivo com vista à preservação do patrimônio histórico.

Art. 72. Será elaborado um plano ambiental municipal visando determinar suas formas de gerenciamento, que se dará em consonância com os órgãos ambientais estaduais e federais.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 135/08**

**DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL DE BRUSQUE (SC) E SUA ADEQUAÇÃO AO ESTATUTO DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

(Integram esta as Leis Complementares nºs 136/2008, 137/2008, 138/2008, 139/2008 e 140/2008)

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a avaliação, revisão e atualização do Plano Diretor de Organização Físico-Territorial Ambiental de Brusque e sua adequação à Lei Federal 10.251/01, de 10/07/01 (Estatuto da Cidade), e visa propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social da comunidade de Brusque, atendendo as aspirações da população e direcionando as ações do Poder Público e da iniciativa privada.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 5º A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante as seguintes diretrizes gerais:

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Art. 6º São diretrizes complementares da política de desenvolvimento urbano de Brusque:

V - levar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;

X - evitar o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

XIII - democratizar a gestão e o planejamento públicos, mediante a melhoria contínua dos níveis de participação local;

XIV - priorizar o bem-estar coletivo em relação ao individual.

Art. 9º As estratégias propostas pelo Plano Diretor para o desenvolvimento urbano sustentável de Brusque são:

I - Estratégia para Valorização do Meio Ambiente Natural e Cultural;

## CAPÍTULO II

### DA ESTRATÉGIA PARA VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NATURAL E CULTURAL

#### SEÇÃO I DOS CONCEITOS BÁSICOS E DOS OBJETIVOS

Art. 12 Entende-se como meio ambiente cultural os bens de natureza

material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brusquense, nos quais se incluem:

I - as obras, monumentos, edificações e demais bens e espaços destinados às manifestações artístico-culturais, científicas e tecnológicas;

II - os conjuntos urbanos e sítios de valor arqueológico, arquitetônico, artístico, científico, ecológico, histórico, paleontológico e paisagístico.

Art. 13 A Estratégia para Valorização do Meio Ambiente Natural e Cultural tem como objetivo geral associar a tutela e a conservação do patrimônio ambiental do Município de Brusque à criação de oportunidades de trabalho e renda para seus habitantes, através do desenvolvimento sustentável das atividades econômicas.

Parágrafo Único - São objetivos específicos da estratégia referida neste artigo:

VI - a valorização do patrimônio cultural e natural, em especial dos bens arquitetônicos, ecológicos, históricos, paisagísticos e urbanísticos;

VII - o reconhecimento e a apropriação pelos cidadãos do valor cultural do patrimônio;

VIII - a garantia da compatibilização do uso do patrimônio arquitetônico com as edificações que o integram;

IX - o desenvolvimento do potencial turístico local de forma sustentável, com base em seu patrimônio cultural e natural;

X - o estabelecimento e a consolidação da gestão participativa do patrimônio cultural.

### SEÇÃO III DAS PROPOSTAS

Art. 15 A Estratégia para Valorização do Meio Ambiente Natural e Cultural será implementada mediante os seguintes planos, programas, projetos, ações, medidas e/ou procedimentos:

XXI - implementar a legislação que disciplina a mídia exposta e a poluição visual, e adotar medidas para a melhoria e destaque arquitetônico das fachadas;

XXII - criar, implantar e disponibilizar ao público, o mapeamento e o relatório das áreas de risco de escorregamentos, enchentes e inundações e capacitar a Defesa Civil para o gerenciamento dessas áreas;

XXIII - intensificar a fiscalização da ocupação de Áreas de Preservação Permanente, encostas e outras ambientalmente frágeis, prioritariamente nas áreas apontadas pela Defesa Civil;

XXVI - promover a discussão, elaboração e implementar a Agenda 21

local;

### CAPÍTULO III

Art. 118 Em cumprimento à diretriz complementar da política de desenvolvimento urbano de descentralização da gestão desta Lei, o Município divide a cidade em regiões espaciais, chamadas de UP's (Unidades de Planejamento), acrescidas das localidades rurais, visando otimizar e racionalizar o atendimento e a prestação de serviços públicos à população.

Art. 124 Os planos deverão tratar, no mínimo:

V - de proposta de tombamento ou outras medidas legais de proteção e preservação de bens do bairro;

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 INSTITUI O CÓDIGO DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

### SEÇÃO II ÁREAS "NON AEDIFICANDI"

III - faixa de 50 metros das margens do Rio Itajaí-Mirim, exceto nos terrenos lindeiros à Avenida Beira-Rio que já possuem alinhamentos e implantação definidos, e que devem observar distâncias nunca inferiores a 10 (dez) metros entre a lâmina d'água e a Avenida Beira-Rio;

IV - demais áreas protegidas pelo Código Florestal.

### SEÇÃO VII - DOS AFASTAMENTOS OBRIGATÓRIOS E DAS VEDAÇÕES DOS TERRENOS

§ 3º Todos os terrenos deverão obedecer a uma taxa de permeabilidade de 15% da área total do terreno, que deverá ficar sem qualquer tipo de pavimentação ou cobertura, garantindo uma drenagem intra-lote, incluindo-se aqui a ocupação do subsolo.

### SEÇÃO VIII TAXA DE PERMEABILIDADE

Art. 29 Será exigida em todos os terrenos uma taxa de permeabilidade natural que é a relação entre a parte permeável do lote, que permite a infiltração natural de água no solo, e a área total do lote, de 15% (quinze por cento).

Art. 63 As infrações à presente Lei Complementar darão ensejo à cassação do respectivo alvará, embargo administrativo, demolição de obras e aplicação de multas, conforme estipulado no Código de Sanções Urbanísticas.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 137, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008  
INSTITUI O CÓDIGO DE SANÇÕES URBANÍSTICAS DO  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

(Integra o Plano Diretor)

- Não prevê penalidade ou sanções à pessoa que prejudicar o patrimônio tombado.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008  
INSTITUI O CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO DO  
MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

(Integra o Plano Diretor)

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 5º É proibido o parcelamento do solo em:

V - áreas de preservação ecológica, histórica ou paisagística, definidas por Lei Municipal e naquelas onde a poluição ou outras condições ambientais impeça condições sanitárias dentro dos padrões de qualidade ambiental;

Art. 62 A regularização de parcelamentos em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Município se dará por Lei Específica.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 23/12/2008  
INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.(Integra o Plano Diretor)**

- Não dá nenhuma orientação específica à preservação e medidas para obras em ou próximas a bens tombados.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 144, DE 31 DE AGOSTO DE 2009  
CRIA O INSTITUTO BRUSQUENSE DE PLANEJAMENTO E  
MOBILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica criado o Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade, com personalidade jurídica de direito público, de natureza

autárquica, com sede e foro na cidade de Brusque.  
 Parágrafo Único - São atribuições do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade:

[nada de específico ou prioritário em suas ações]

Art. 2º Ao Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade compete ainda:

I - identificar, fomentar e legislar sobre a preservação do patrimônio arquitetônico, cultural, turístico e paisagístico do município;

III - elaborar projetos urbanísticos, paisagísticos, e arquitetônicos de equipamentos públicos, mobiliário urbano, praças, e parques; [algumas pessoas reclamam da perda da identidade das praças]

XIV - atender, analisar e colaborar nas reclamações e pleitos da comunidade;

XV - desenvolver outros estudos e atividades delegadas pelo Prefeito Municipal ou conferidas em lei.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009  
 ALTERA, REVOGA, ACRESCENTA ARTIGOS ÀS LEIS  
 COMPLEMENTARES Nº S 136/08 (CÓDIGO DE  
 ZONEAMENTO E USO DO SOLO) E 139/08 (CÓDIGO DE  
 POSTURAS SUSTENTÁVEIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

- Não adicionou nada que proteja ou anteveja a preservação de patrimônio arquitetônico.